



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

ATA N.º 14/XIV-1.º/2025-29

1 - Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas 21H00, no Auditório da Escola Básica e Secundária do Monte de Caparica, sito na Rua 25 de Abril, no Monte de Caparica, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1 – Eleição de Representante da Assembleia Municipal para a Subcomissão de Segurança e Proteção do Bem-Estar Animal da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC);

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação Juizes Sociais biénio 2026/2027”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prestação de Contas de 2025 – Município de Almada”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Primeira Alteração Modificativa do Orçamento de 2026 e Anos Seguintes”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Relatório e Contas de 2025”

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Wemob – Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2025”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Parcela B, da Rua de Angola, Cova da Piedade. Transmissão do Direito de Superfície destinado à construção do Pavilhão do Ginásio Clube do Sul”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alienação a título gratuito. Doação e constituição de Pacto de Preferência, do prédio urbano, sito na Rua Cabo da Boa Esperança, n.º 4, na freguesia de Cova da Piedade, a favor da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Consulta Pública Final de Regulamento de Funcionamento e Segurança das Instalações Desportivas Municipais”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da permuta dos lotes 13/27, 17/27A, 17/27B, 17/27C e 18/27, da parcela 27, sitos na freguesia de Laranjeiro/Feijó”;

3.11 – Apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Segundo procedimento de correção material do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas”;

3.12 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente João Luís Couvaneiro, pelo 1.º Secretário da Mesa José Joaquim Leitão e a pela 2.ª Secretária da Mesa Ana Paula Silva.

2-1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João Couvaneiro (PS), informou o Plenário da Renúncia ao Mandato 2025-2029 do Deputado Municipal Jefferson Eduardo de Oliveira (BE), com efeitos a partir do dia 22 de abril de 2026.

3 – Fez-se a chamada dos Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – João Luís Serrenho Frazão Couvaneiro (PS), Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues (PS), Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS), José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS), Ana Paula Alves da Silva (PS), Henrique Alexandre



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Margarido de Almeida (PS), Maria Tomaz Queluz Fernandes Palma (PS), João Pedro Eixa dos Santos (PS), Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS), Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva (PS); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Nuno Miguel Carapinha Terenas (CDU), Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho (CDU), João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Patrícia Alexandra Martins de Carvalho (CHEGA), Mário Daniel da Silva Tavares Paracana (CHEGA), Isabella Sales Baltazar (CHEGA), Luís Manuel Jales Cordeiro (CHEGA), Maria Teresa dos Santos Amarante de Almeida (CHEGA), Bruno Miguel Neves de Brito (CHEGA); Ana Catarina Ribas Lopes (PSD), Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD), Miguel Ângelo Moura Salvado (PSD), Lina Cristina de Matos Gonzalez (PSD), Miguel Maria Grossinho Caldeira Pais (PSD), Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro (PSD), Vanessa Inês Krause (PSD); Joana Sales de Campos Vieira (BE); Geizeli Glicia Fernandes (LIVRE).

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Inês Maurile de Oliveira Silva (CHEGA) e Marta Cristina Belmonte Pereira (IL), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Rosa Maria Varela Ferreira Mendes (PS) por impedimento de Filipe Martins Vaz (PS) e Vítor Manuel dos Santos Castanheira (PS); Andreia Alexandre Flores de Miranda (CHEGA) e Bruno Filipe Coelho Sanches (IL) por impedimento de Carlos Filipe Pereira Alves (IL).

4.1.2 – A Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Raquel Pacheco; a Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Ricardo Pita (PS).

4.1.2.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal João Couvaneiro (PS) informou o Plenário do pedido de renúncia ao Mandato do eleito Jefferson Eduardo Oliveira do BE, sendo substituído e regime de efetividade de funções pela eleita Joana Sales Vieira (BE).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.2 – O Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS) e do Vereador Paulo Alexandre Sabino (PSD).

4.3 – Relativamente aos Requerimentos dos/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pela Deputada Municipal Inês Maurile Silva (CHEGA) sobre “Estudo de Viabilização de Implementação dos Julgados de Paz no Concelho de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 29/12/2025, ainda não foi respondido.

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Deputado Municipal Jefferson Oliveira (BE) sobre “Esclarecimento sobre iluminação da via pública na Praceta General Humberto Delgado, em Vale de Figueira”, enviado para a Câmara Municipal em 05/01/2026, foi respondido em 10/02/2026.

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Deputado Municipal Jefferson Oliveira (BE) sobre “Pedido de informações sobre despesa pública com produtos e serviços de Microsoft e avaliação de alternativas de software livre”, enviado para a Câmara Municipal em 12/01/2026, foi respondido em 10/02/2026.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.3.4 – O requerimento apresentado pelo Deputado Municipal Jefferson Oliveira (BE) sobre “Levantamento e reparação dos estragos causados pela depressão Kristin no território do concelho de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 29/01/2026, ainda não foi respondido.

4.3.5 – O requerimento apresentado pelo Deputado Municipal Jefferson Oliveira (BE) sobre “O aumento da taxa dos ossários”, enviado para a Câmara Municipal em 24/03/2026, foi respondido em 22/04/2026.

4.3.6 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Geizely Fernandes (LIVRE) sobre “Edital n.º 28/2026 – Ordem de demolição de construções na Azinhaga dos Formozinhos, Porto Brandão”, enviado para a Câmara Municipal em 26/02/2026, ainda não foi respondido.

4.3.7 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Marta Belmonte Pereira (IL), sobre “Estudo Geomecânico”, enviado para a Câmara Municipal em 22/04/2026, ainda não foi respondido.

4.3.8 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Marta Belmonte Pereira (IL), sobre “Tempestade Kristin”, enviado para a Câmara Municipal em 22/04/2026, ainda não foi respondido.

4.3.9 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Ribas (PSD), sobre “Falta de água na Costa da Caparica em 2025”, enviado para a Câmara Municipal em 24/04/2026, ainda não foi respondido.

4.3.10 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Ribas (PSD), sobre “Segurança rodoviária e medidas de acalmia de tráfego no Concelho de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 24/04/2026, ainda não foi respondido.

4.3.11 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Ribas (PSD), sobre “Bolsas de Estudo no Concelho de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 24/04/2026, ainda não foi respondido.

4.4 – Foram distribuídas atempadamente as Atas n.º 2, 3, 4, 5, 9, 10, 11 e 12/XIV-1.º e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do n.º 2 e 3, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Municípes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Municípes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Municípes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.”

5.2 – Usaram da palavra os/as Municípes João Rocha, Mário Jorge Silva, João Costa Silva, Maria Luís Abreu, António de Sousa, Guilherme Filipe Lopes, Bruno Lopes, Hugo Simões, João Paulo Santos, Anabela Cardoso, Marco Almeida, Joana Batista, Helena Santos e Márcia Cruz.

5.2.1. – O Senhor Município João Franco Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por dizer que, em relação às alterações climáticas, Portugal está considerado como zona de risco, sujeitos a enfrentarmos com maior gravidade no futuro, eventos extremos, julgo que está na hora, uma vez que os efeitos já se estão a sentir na sequência das tempestades que assolaram o nosso país recentemente, no qual provocaram vítimas infelizmente, de um maior cuidado na prevenção de medidas mais musculadas em relação à limpeza e desobstrução das linhas de água, com vista a evitar ou minimizar o risco de inundações.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No caso concreto da Freguesia da Sobreda, somos ricos em linhas de água, num total de 4 linhas, provenientes de vários pontos, não só da Charneca de Caparica, como Lazarim e Monte de Caparica, seguindo todas elas o percurso da Estrada Nacional 10-1 - Sobreda até Corroios, desaguando no Rio Tejo, vulgo Moinho da Maré.

Acontece que a manutenção das mesmas, não está a ser efetuada com a regularidade necessária e desejada, originando por vezes problemas graves, pelo que apelo a todas as entidades competentes, a uma fiscalização mais assídua respeitante à manutenção de limpeza e desobstrução de linhas de água, a fim de garantir um escoamento e evitar risco de inundações futuramente.

Chamo a atenção que o transbordo de águas, acontece por vezes na Rua de Angota, Casal de Santo António, bem como no Bairro do IHRU, em que uma dessas valas está perto de uma Creche da Santa Casa da Misericórdia, sita no Terreiro Alfredo Marceneiro -Vale de Figueira, bem como a vala na Estrada Nacional 10-1, a uma distância curta da Escola Básica Elias Garcia na Sobreda, pode causar em termos futuros situações anómalas.

Termino referindo que, recentemente li na Comunicação Social que, o Governo iria investir 200 milhões de euros, na Orla Costeira, vulgo Caminha, Praia dos Pescadores em Albufeira e Costa da Caparica e demais locais, (provavelmente esta verba teria um destino mais proveitoso na construção de um bairro social, dado a escassez de habitação neste Distrito, do que a colocação de areias nas praias da Costa da Caparica), sendo prematuro que a recolocação de areias em todas as praias da Costa da Caparica, vá resolver o problema desta, sem que Golada do Tejo volte a ser fechada, dado à perda das areias ter sido bastante acentuada, nas últimas décadas, em toda a Orla Costeira da zona da Costa da Caparica. Significa isto que, enquanto não se refizer o antigo equilíbrio entre a Trafaria e o Bugio, manter-se-á, talvez por séculos, uma situação idêntica à atual, isto é, as areias depositadas anualmente na Caparica vão avançando para Norte, entram no Tejo pela zona da Golada, formando bancos submersos de areia, que se deslocam para montante do Tejo, chegando mesmo assorear periodicamente o cais POL - NATO, bem como as zonas limítrofes, da entrada da barra do Porto de Lisboa, sendo imprevisível as suas consequências futuras, para toda esta zona."

5.2.2. – O Senhor Município Mário Nunes Silva:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Mário Nunes da Silva, sou morador no Bairro dos Capuchos, sou também Vice-Presidente da Associação de Moradores dos Capuchos.

A Associação de Moradores dos Capuchos, conta atualmente com cerca de setenta associados, neste momento setenta associados bastante descontentes com a Câmara Municipal de Almada.

Não sei se conhecem a zona dos Capuchos, é uma zona muito bonita, abençoada pela natureza, tem paisagens verdes abundantes, tem um Miradouro espetacular, frequentemente visitado que permite observar o pôr do Sol, toda a zona de Cascais, Algés e parte de Lisboa.

Ao mesmo tempo que é abençoado pela natureza, é esquecido pela Câmara Municipal de Almada. Nós estamos há cerca de nove anos a tentar que sejam reparados os acessos à zona dos Capuchos. Atualmente e eu convido para visitar quem queira visitar, porque vale a pena visitar, terão um grande desafio na entrada do Bairro dos Capuchos. As três estradas de acesso, a Estrada dos Capuchos que está num estado de tal modo degradado, praticamente não se consegue circular de carro. Ou vão a pé e os passeios estão também todos estragados, ou vão de carro e à velocidade do caminhar de uma pessoa para não estragarem o vosso carro.

Outra opção, Lourenço Pires de Távora, encontra-se igualmente degradada. E a única opção que nós como moradores já recorriamos bastante, que é a Rua da Estrelinha que está neste momento no mesmo caminho. Porque tudo o que é veículos automóveis, carros de obras circulam por ali.

Nós tivemos o ano passado, fruto do nosso esforço como associação, esforço constante, de sermos parceiros da Câmara Municipal de Almada, tentando fazer uma ponte de ligação entre os moradores e contactando



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

constantemente as diversas áreas da Câmara Municipal para arranjar soluções para os problemas do Bairro, conseguimos o ano passado ver o que seria uma luz ao fundo do túnel, após uma reunião em julho de 2025, em que esteve presente a Senhora Presidente da Câmara Municipal, e que nos foi dito que iam avançar com as obras de requalificação daquela zona. Essas obras iriam se iniciar em outubro de 2025, neste momento quem visitar o Bairro dos Capuchos vê que nada está feito e o que estava mal o ano passado está agora pior.

Neste momento estamos a aguardar resposta de quando é que iriam ocorrer estas intervenções importantes, temos também a área da antiga escola dos Capuchos que está cada vez mais degradada.”

5.2.3. – O Senhor Município João Costa Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, lamento que a Senhora Presidente da Câmara Municipal cá não esteja, mas vou deixar um documento para lhe entregar.

Nós não precisamos, na minha casa, de um gabinete de arquitetura para me dar conselhos de direito. Eu durmo com uma senhora licenciada em direito e eu também sei disso. Não preciso de um arquiteto ou de uma arquiteta, que me diga que as coisas são dirimidas entre os particulares, sei isso muito bem. O que se pede à Câmara Municipal não é que meta uma ação em nosso nome contra seja quem for, o que se pede Câmara Municipal é que faça o seu papel, fiscalização técnica administrativa. E isso está no artigo 93.º e seguintes do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Não vou agora pôr uma ação seja a quem for, que é à Câmara Municipal a quem eu tenho que fazer isso. Ora, a Câmara Municipal quer criar problemas? Eu tive uma reunião no dia 18 de dezembro de 2025 com a Senhora Arquiteta e conheci o tal Arquiteto Filipe Nunes, que é o tal que diz que a Câmara Municipal não está para servir os municípios, está para quê? É a pergunta que eu faço muito concreta. A Câmara Municipal serve para quê? É para nós nos substituirmos à Câmara Municipal e irmos fazer uma vistoria técnica? Um auto de medição Senhor Vice-Presidente, custa 800.00€ (oitocentos euros). E um levantamento das não conformidades custou 250.00€ (duzentos e cinquenta euros). Eu mandei isto ao Departamento Técnico. O Departamento Técnico acha que isso é uma exposição.

Termina dizendo: “Mais se informa que o assunto deve ser tratado entre particulares e proprietários e técnicos responsáveis”. Mas isso já está no Tribunal, o que nós queremos é o cumprimento do artigo 93.º do RJUE. A fiscalização técnica administrativa e essa só pode ser feita pela Câmara Municipal. Se não for a Câmara Municipal a Câmara Municipal tem que dizer qual é o gabinete que contratou para o efeito, que é para nós irmos lá, para termos o assunto devidamente autenticado.”

5.2.4. – A Senhora Município Maria Luís Abreu:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho hoje a esta Assembleia Municipal como município da Costa da Caparica, em nome do CDS-Partido Popular, para dar voz a quem não está a ser ouvido. Quatro temas, quatro problemas reais.

Há meses que os habitantes da Costa da Caparica, afetados pelas intempéries aguardam uma resposta da Câmara Municipal. Casas danificadas, famílias vulneráveis e o silêncio como única resposta.

Quando o silêncio é tão seletivo, os municípios não podem deixar de se questionar, será que o apoio depende de como se vota? A Costa da Caparica mudou de mãos politicamente e a coincidência com este abandono é difícil de ignorar.

Não afirmamos que é esse o motivo, mas exigimos que a Câmara Municipal prove que não é, com critérios claros, públicos e iguais para todos.

Algumas escolas do Concelho optaram por não celebrar o Dia do Pai sem comunicação oficial, sem explicação, sem diálogo com as famílias.

A nossa sociedade assenta desde sempre, num pilar essencial, a família.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É nela que se formam valores, se constroem referências e se aprende o sentido de responsabilidade, respeito e pertença.

As nossas tradições e costumes refletem essa realidade, são expressão de uma cultura que valoriza os laços familiares, que reconhece o papel insubstituível de cada elemento e que celebra esses vínculos em momentos simbólicos, como o Dia do Pai.

Preservar essas referências não é um gesto do passado, é uma responsabilidade no presente. Porque uma sociedade que desvaloriza a família fragiliza as suas próprias bases.

Temos de clarificar a decisão destas escolas. A Câmara Municipal tem o dever de acompanhar. Os pais foram consultados? As famílias têm o direito de saber.

Esperamos uma resposta clara e pública.

A censura não combina com o 25 de Abril.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, apresenta-se como defensora dos valores do 25 de Abril, mas esses valores não se proclamam, praticam-se.

É precisamente na prática que surgem as contradições.

Municípios foram bloqueados na sua página oficial do Facebook, não por faltas de respeito ou comportamentos abusivos, mas por exercerem um direito legítimo, o de criticar.

Nas reuniões de Câmara, a intervenção dos cidadãos encontra-se fortemente limitada, reduzida agora a uma única vez por mês. Ora, a democracia não se compadece com filtros à crítica nem com calendários para a palavra.

Bloquear cidadãos, restringir a participação, não é gestão, é condicionamento. E condicionamento da palavra tem um nome: é censura.

O 25 de Abril não pode ser invocado apenas como símbolo ou retórica, exige coerência, todos os dias, em todas as decisões, exige abertura, tolerância e respeito, pelo contraditório, mesmo quando é incomodo.

Porque quem governa em liberdade tem o dever de ouvir em liberdade.

Convém também saber o que vão fazer aos estacionamento da Costa da Caparica, porque nós na Costa da Caparica, no verão, não temos oportunidade sequer de sair de casa, porque estacionam à porta das nossas casas, não passa um carrinho de bebé, não passa uma pessoa, não passa uma maca. Por isso o que é que vão fazer na Costa da Caparica, nos Bairros de Santo António e São João, para que os habitantes da Costa da Caparica possam sair de casa, possam ir trabalhar, possam ir fazer a sua vida?"

5.2.5. – O Senhor Município António Sousa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O tema que me traz aqui é um pouco diferente dos outros. Fui militar a vida toda, e no dia 10 fui fazer uma visita à zona envolvente da Escola EB1 do Alfeite, estabelecimento de ensino, pertencente ao Agrupamento Vertical Professor Ruy Luís Gomes.

A Escola EB1 do Alfeite, foi construída em 1978 em terrenos pertencentes ao Bairro dos Serviços Sociais das Forças Armadas.

Funciona com quatro salas destinadas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico e duas salas para a educação Pré-escolar.

Entrando pelo portão principal de acesso ao Bairro dos Serviços Sociais das Forças Armadas, portão que também serve a entrada e saída de viaturas dos pais e encarregados de educação que levam ou vão buscar as crianças à escola.



A existência deste fluxo extra de viaturas a entrar e sair do Bairro, aliada a falta de manutenção e conservação da via rodoviária deixou a mesma num estado de enorme degradação.

A inoperância do proprietário, Serviços Sociais das Forças Armadas, do locatário, Camara Municipal de Almada, em suma do Estado Português tem criado um certo "desaguisado" entre os moradores no Bairro e as pessoas que frequentam o estabelecimento de ensino.

Constatamos a existência de uma zona "escondida" entre arbustos, que tudo indica será utilizada para o consumo de substâncias psicotrópicas, local no qual também se encontra bastante lixo e o "quadro" de uma mota. Sendo os indícios encontrados propensos a colocar a segurança das crianças bem como do pessoal docente e não docente que trabalha na escola em risco e irá ser apresentada a participação á entidade policial.

Foi igualmente constatado a existência de uma passagem pedonal, através de um "buraco" existente no muro que circunda o Bairro dos Serviços Sociais das Forças Armadas."

5.2.6 – O Senhor Munícipe Guilherme Filipe Lopes:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começando por lamentar a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, porque gostaria muito de ouvir o que ela tinha para me dizer sobre higiene urbana, dado que eu como cidadão e como morador na Charneca de Caparica, ontem estive presente na reunião na Assembleia de Freguesias da Charneca de Caparica e constatou que afinal existem realmente baratas e ratazanas em Almada, não é utopia nossa, mas lembro-me perfeitamente da Senhora Presidente Inês de Medeiros dizer que em Almada não existem ratazanas.

Isto acho que é muito importante porque não é uma questão de estética, é uma questão de dignidade, de saúde pública e de qualidade de vida. Infelizmente, são cada vez mais frequentes as situações de contentores cheios, lixo acumulado nas ruas, degradação das áreas envolventes, e estas situações trazem consigo os maus cheiros, atraem pragas como ratazanas e baratas, e afetam diretamente o bem-estar de quem vive, trabalha e vive no Concelho.

Há também uma dimensão que não pode ser ignorada que são as nossas crianças. Utilizam os espaços públicos, andam nas escolas, e estão sempre rodeadas de dejetos de ratazanas e baratas.

Para que nós possamos ter noção, sabemos que parte deste problema pode resultar de vários fatores, não somos ignorantes, sabemos que a insuficiência da frequência da recolha em algumas zonas, a falta de capacidade de contentores em áreas de maior densidade populacional ou atividade económica e também a pressão acrescida traz graves problemas.

Mas, gostaria de questionar o executivo sobre as medidas que pretende implementar para reforçar e modernizar a estratégia de limpeza urbana, e como por exemplo, se não têm ideias eu deixo-vos algumas, a introdução de contentores inteligentes capazes de monitorizar o nível de enchimento que permitiria otimizar rotas, da mesma forma talvez também apostar na tecnologia, numa aplicação móvel que pudesse aos cidadãos perceber e também às entidades da Câmara Municipal, perceber como estão os contentores, mas a tecnologia por si só não resolve tudo, é fundamental reforçar a limpeza regular das zonas envolventes dos contentores, garantindo que não apenas a recolha dos resíduos no interior, mas também a remoção do lixo acumulado no chão. A lavagem importa e importa e muito, importa também avaliar se o número de contentores existentes corresponde às necessidades reais ou não e é sobretudo importante reforçar a capacidade onde se verifica maior produção de resíduos.

Para terminar e tendo em conta que o verão se inicia, seria importante garantir equipas de intervenção rápida capazes de efetuar de forma eficaz as limpezas nas zonas mais críticas.

De forma a terminar gostaria de sublinhar a importância da proximidade com os cidadãos, iniciativas de sensibilização, mas já que, e se estas ideias não forem suficientes deixo algumas questões ao executivo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Que medidas concretas estão previstas para reforçar a eficácia da limpeza urbana? Existe a intenção de investir em soluções tecnológicas e participativas? E como será garantida uma resposta mais eficaz nas zonas de maior pressão? Uma cidade mais limpa não é apenas uma ambição para Almada, mas uma necessidade. E é responsabilidade de todos, mas também exige uma coisa que falta a Almada, liderança e ação.”

5.2.7. – O Senhor Município Bruno Lopes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu habito na Quinta do Cerrado, há sensivelmente trinta anos, não sou originário de cá, mas considero-me caparicano, considero-me almadense por habitar aqui há tanto tempo.

Temos um problema grave com os estabelecimentos noturnos, cafés que supostamente pelo Regulamento do Ruído, de 7 de março de 2025, não podem estar abertos a partir da meia noite durante a semana, e até às duas da manhã sextas e sábados. Pois, frequentemente na Quinta do Cerrado, no Café Rosana e Café Divina Gula, é ultrapassado largamente. São feitas chamadas para a GNR constantemente que diz que não tem efetivos, que não é essa a sua função e que não podem atuar, quem tem que atuar é Divisão de Fiscalização da Câmara Municipal de Almada.

Temos várias participações de há um ano para cá, posso dar o número de algumas: 3760/25, 69/25, com a Divisão de Fiscalização da Câmara Municipal de Almada e que ainda não fizeram absolutamente nada e as pessoas continuam a sair frequentemente para o trabalho por volta das cinco da manhã e os dois cafés estão completamente cheios de pessoas dentro e fora, com venda de bebidas para o exterior, isto acarreta vários problemas de segurança, de falta de descanso para todos os habitantes e de sujidade porque quando saímos de casa há copos, há garrafas, há latas, há de tudo.

Portanto, agradeço que seja feito o possível para me esclarecerem e fazer cumprir a lei, porque neste momento não sei quem faz cumprir a lei, se é a GNR, se é a Câmara Municipal de Almada.”

5.2.8 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, art.º 51, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a Deputada Municipal Patrícia Alexandre de Carvalho (CHEGA).

5.2.8.1 – A Senhora Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, não me parece correto que esteja o Senhor Presidente, no caso, a dizer aos munícipes que amanhã terão mais tempo para falar, porque já estão a transitar muitos munícipes de hoje para amanhã e ainda há as inscrições do próprio dia de amanhã.

Portanto, acho que o que esta Assembleia Municipal deve garantir, é que os munícipes tenham o tempo para falar, porque têm que ser ouvidos, estão no seu direito, são eles que nos elegem e nós temos o dever de os ouvir. Por essa razão o CHEGA vai apresentar uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Almada, para que o tempo destinado às intervenções dos cidadãos seja ampliado.”

5.2.9 – Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal João Luís Cuvaneiro (PS) para prestar esclarecimentos.

5.2.9.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal João Luís Cuvaneiro (PS):

“Senhor Vice-Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero dar nota que, no quadro da legalidade, temos que utilizar os instrumentos que temos em vigor, e o Regimento diz, no ponto 2, do artigo 43.º: “O Período de Intervenção dos Cidadãos nos termos definidos na convocatória, não poderá exceder quarenta minutos e trinta minutos, respetivamente na primeira reunião da Assembleia Municipal e nas de continuação”.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, aquilo que estamos a fazer é cumprir aquilo que é o Regimento que nos regula. De outra forma não estaríamos a cumprir este Regimento.”

5.2.10 – O Senhor Município Hugo Miguel Simões:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O 25 de Abril foi há dois dias, e se bem me lembro, democracia vem da palavra “demoskratos” do grego, significa “governo gerido pelo povo”. Então o povo deve ser escutado, ponto número um e que fique bem assente.

Eu entendo os quarenta minutos, mas também entendo uma coisa, se a reunião começasse a horas, e respeitassem o povo para a hora marcada, 20H30 e não 21H00, se calhar as pessoas tinham mais tempo.

E depois há o seguinte, quem aceita as inscrições deve regulamentar e limitar a lista e assim tínhamos os quarenta minutos. Mas não é sobre isso que venho falar.

O que venho falar é sobre uma situação que tem ocorrido que é a desorganização que tem se vindo a ver com os desalojados do Porto Brandão e não só. Ao longo dos últimos tempos tivemos muitas promessas.

No dia 14 de fevereiro deste ano, a Presidente Inês de Medeiros esteve mesmo ao meu lado com outras pessoas, para as selfies que ficou muito bonito e ficou muito bem na fotografia, a dizer-nos que nunca iríamos sair do Hostel, mas depois as pessoas andam com as mochilas às costas e com as malas às costas a saltar de um lado para o outro, e isto meus amigos, isto não é ter respeito nem dignidade pelas pessoas. Não se diz a uma mãe com o filho às costas como aconteceu no Hostel, apenas com quatro horas de antecedência, apenas quando ela chega do trabalho às oito da noite, que tem quatro horas para sair. Não se faz isto a ninguém. Isto não é gerir a dignidade das pessoas e acho que isto é uma falta de respeito para com todos os municípios.

Depois, o seguinte: temos vários protocolos e lamento que não esteja aqui a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, a Senhora Chaiça, que disse que no dia 28 se bem me lembro, na última reunião dela, disse que no dia 28 iria trazer respostas para toda a gente, mas estamos a dia 28 e ela nem dá a cara.

Ou seja, eu não vejo aqui respeito, eu vejo uma falta de organização total para com as pessoas e depois dizem que vão para o Porta de Entrada, vão para o IHRU, vão para o Habit’Almada, mas depois estas soluções não nos dão em lado nenhum. Dizem: “Façam contratos que o Estado vai ser o vosso fiador”, nenhum senhorio aceita. Telefonei para dez pessoas, as dez pessoas dizem: não! As pessoas ficam sem soluções, as pessoas não conseguem alugar uma casa e vão ficar no olho da rua? É porque praticamente estão a dizer que o nosso tempo está a chegar ao fim, eu pergunto qual é o final destas pessoas?

Se o IHRU prometeu monoblocos e disse que arranjava monoblocos e soluções que resultaram em Alcácer do Sal e em outros sítios como Leiria, eu pergunto porque é que não resulta aqui e fica mais fácil para a Câmara Municipal andar a pagar bungalows que é basicamente o mesmo em parques de campismo. Se calhar existe aqui uma falta de organização e de dinheiro mal empregue.”

5.2.11 – O Senhor Município João Paulo Santos:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui porque tenho um talho no Mercado Municipal da Sobreda, e derivado a uma rutura de água, fizeram-me um buraco de seis metros por três a dois metros do estabelecimento, inclusivamente esteve lá uma equipa com oito homens e uma máquina para taparem o buraco, não taparam porque não houve um telefonema, mas eu tenho que governar a vida. Nenhum buraco de seis metros por três à porta de um talho a dois metros, é impossível a gente governar a vida.”

5.2.12 – A Senhora Município Anabela Cardoso:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Queria agradecer aquilo que têm feito por nós desde o dia 9 de fevereiro que é nada. Andamos com as nossas mochilas para trás e para a frente, não temos uma solução. Nós estamos dependentes não sei de quem, porque a Presidente da Câmara Municipal de Almada diz-nos uma coisa e depois faz outra, eu há três meses que estou fora da minha casa, paguei fevereiro, março e estou no mês da caução, que não tenho que pagar porque eu não vivo na minha casa. O meu senhorio está-nos a fazer pressão para sairmos das casas, com as nossas coisas onde não temos onde as pôr. Eu trabalho como os meus vizinhos todos trabalham, nós não temos subsídios, eu não venho aqui pedir subsídio, quem me tirou a casa foi a Arriba, por isso têm que me dar uma casa que eu pago renda como toda a gente que está aqui. Porque é muito triste, chegar e termos uma declaração da Câmara Municipal de Almada e da Proteção Civil, que não podemos regressar e não termos uma casa.

Metam os monoblocos que nós pagamos uma renda nos monoblocos. Se fazem bairros em Penajoia, no 2.º Torrão, nós também podemos fazer o 3.º Torrão. Porque se isto é para uns tem que ser para todos. Agora, não se compreende é esta vida que estamos a levar. Vai a caminho de três meses. Eu tenho um marido que fez duas guerras. O mal do português é sermos muito quietos, porque se nós virássemos ciganos, a esses eu tenho respeito, porque eles fazem e vocês obedecem. Porque eles fazem o que querem e vocês encolhem-se. A gente devia virar ciganos, porque isto é uma tristeza, a vida em que estamos. E agora, podem me chamar racista o que vocês quiserem, mas eu também sou do bairro, cresci e fui criada num bairro durante quarenta anos, sai do bairro há dez anos, há seis anos que vivo naquela casa e o senhorio nunca foi lá dizer que eu não pagava a renda. Agora, quem me tirou de casa? Foi a Proteção Civil e Câmara Municipal, onde é que está uma casa para eu viver? Não tenho. Quem é que é o culpado? Não sou eu, é a Arriba. Onde é que está o dinheiro das Arribas que deram para as ajudas? Também não sei, mas também não tenho casa à conta do Estado.”

5.2.13 – O Senhor Município Marco Henrique Almeida:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Intervenho hoje em representação do Clube Recreativo do Feijó, na qualidade do seu Presidente.

O Clube Recreativo do Feijó é uma coletividade mais antiga do Feijó e a segunda com maior longevidade da nossa União de Freguesias.

Somos embaixadores de Almada nos patamares mais altos do desporto, como comprovaram as nossas duas atletas consagradas campeãs nacionais no passado dia 18 e 19, orgulho que aqui reiteramos.

No entanto, o nosso impacto vai muito além da ginástica rítmica, oferecemos karaté, pilatos, danças, Zumba, Alma Sénior, Xadrez e não oferecemos mais por uma simples razão, falta de espaço e condições dignas.

A nível cultural o Clube é um promotor da Freguesia, organizamos eventos de Fado, de Rock, de Tunas, Debates e Cinema e servimos ainda casa ao Grupo Coral e Etnográfico Amigos do Alentejo do Feijó.

Falo em nome das últimas duas direções que presidi, temos lutado diariamente para manter o Clube de pé, enfrentamos problemas financeiros e estruturais, mas é meu dever ser honesto perante esta Assembleia Municipal. Perante estas adversidades sentimos total ausência da Câmara Municipal de Almada, embora tenha conhecimento dos problemas. A realidade é que o RMAPA – Regulamento Municipal de Apoios Públicos em Almada, não serve o Clube Recreativo do Feijó, é um modelo desenhado para pequenos projetos, face à complexidade técnica e baixo apoio financeiro, se torna inexequível. Temos sido críticos da gestão da Câmara Municipal ao Movimento Associativo Popular, embora sejam os técnicos municipais que acabam por ouvir as nossas frustrações, sabemos que a responsabilidade não é deles, mas sim das opções políticas.

É inadmissível, que atletas nacionais, campeãs, tenham de treinar com baldes no praticável porque a água entra pelo telhado, juntamos esforços e verbas próprias para colocar remendos que a tempestade Kristin desfez. Não temos capacidade financeira para resolver este problema estrutural apesar do telhado do Pavilhão ser em Sandwich, mas o salão ainda contem fibrocimento.



No salão onde as crianças praticam karaté e outras modalidades, o chão está cada vez mais degradado. Faltam-nos um balneário digno, que agora com o RMAPA iremos concorrer, temos receio devido à incerteza deste processo, não o conseguimos fazer.

Estamos aqui não para pedir subsídios ou caridade, embora saibamos que substituímos o Estado e a Autarquia na garantia do desporto, cultura e lazer. Estamos aqui a pedir cooperação a nível financeiro para dar melhores condições aos nossos atletas e sócios, a nível institucional a desburocratização de apoios e licença, como por exemplo, a licença de ruído, onde atualmente encontramos mais barreira do que soluções.

O Clube Recreativo do Feijó merece respeito e o devido reconhecimento pelo serviço público que apresenta à comunidade de Almada e do Feijó.”

5.2.14 – A Senhora Múncipe Joana Filipa Batista:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul, traz mais uma vez a esta Assembleia Municipal, o problema de falta de abrigos de passageiros.

No Concelho existem inúmeras paragens de autocarros sem coberturas/abrigos, penalizando os utentes pela exposição à chuva e ao sol, assim como em contexto que pode pôr em causa a sua segurança.

Em outubro de 2023, através de email, questionamos a Câmara Municipal acerca das medidas em curso para resolver este problema. Não obstante a resposta do Departamento de Mobilidade Urbana, de que estava a decorrer um concurso público que visava a instalação e renovação de até seiscentos abrigos em todo o Concelho. A situação manteve-se inalterada.

Em 16 de março de 2025, voltamos a solicitar esclarecimentos quer acerca de colocação de novos abrigos, quer do Plano de Manutenção de Intervenção, dirigido ao já existentes e que carecem de intervenção urgente.

Em 27 de agosto de 2025, cinco meses depois, fomos informados pela Divisão de Mobilidade, Trânsito, Manutenção e Iluminação Pública, de que estava em desenvolvimento um concurso de concessão para mobiliário urbano.

Quanto à manutenção, transmitem que é realizada por uma empresa concessionária, e pasme-se, bastava a Comissão de Utentes remeter para esta entidade a respetiva necessidade substituindo-se numa obrigação que é da Autarquia.

Em fevereiro deste ano, em Assembleia Municipal, a Senhora Presidente informa que está a decorrer novo concurso.

Ora, passados três anos desde a primeira comunicação da Comissão de Utentes, a situação mantém-se. O único desenvolvimento que vai havendo são de sucessivas promessas.

Assim, questionamos quando é que a Câmara Municipal de Almada, vai finalmente garantir a dignidade e as condições de segurança dos utentes que não podem continuar à espera e exigem um prazo concreto e um compromisso público hoje.”

5.2.15 – A Senhora Múncipe Helena Santos:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por lamentar a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros.

O meu nome é Helena Santos, vivo na Charneca de Caparica na zona de Vale Cavala.

Ontem estive na Assembleia de Freguesia da Charneca de Caparica, para expor a situação de lixeira a céu aberto que tenho à frente de casa e em relação à qual tenho vindo a reclamar nos últimos oito anos e meio, através de contactos com o Senhor Presidente da Junta Pedro Matias.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Contactos telefónicos frequentes com a Junta de Freguesia, emails para o Almada Mais Perto, Gabinete da Presidência da Câmara Municipal e dos Vereadores com este pelouro.

Já pedi que retirassem dali os ecoPontos e contentores, inclusive, formalizei esse pedido à AMARSUL também, e substituísssem por recolha individual porta a porta, solução completamente viável numa zona onde existem apenas moradias. Em alternativa a realocização dos contentores e ecoPontos, para um local menos exposto que não seja tão apelativo aos infratores, mas a realidade é que nada foi feito e em dois mandatos e neste terceiro mandato, o problema está substancialmente agravado.

Os detritos na via pública são constantes, a recolha só é feita ao cabo de inúmeros pedidos e nunca antes de um mês. E presentemente temos pragas de ratazanas e baratas que constituem um gravíssimo problema de saúde pública. Gravíssimo problema de saúde pública.

Estas circulam por entre os detritos espalhados e as ervas que se acumulam no local, também envoltas em lixo que prevalecem ano após ano.

Pago contas de água escandalosas, cujo o valor de consumo é mínimo face às parcelas para recolha e tratamento de vários lixos e detritos, sem que esse serviço mês esteja a ser minimamente prestado.

Ontem o Senhor Presidente de Junta mostrou-se solidário com o assunto que abordei, disse reconhecer o problema que também o afeta, mas que não tem capacidade para o resolver. Disse ainda, que esta competência pertence à Câmara Municipal de Almada, que a delegou na Junta de Freguesia, pagando dois dos três carros que a Junta dispõe, os quais estão frequentemente avariados, um deles esteve parado desde 7 de outubro até há uma semana atrás, não consegue contratar motoristas, a Câmara Municipal não fornece mais carros e a Junta de Freguesia não irá gastar nem mais um cêntimo num assunto que é da competência da Câmara Municipal.

Ainda, segundo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, este assunto só se resolve com uma mudança de paradigma, criando um novo regulamento municipal, colocando na rua fiscais que não existem, policia municipal que infelizmente, a Câmara Municipal ainda não conseguiu obter e que se a Câmara Municipal não se comprometer com estes requisitos necessários até ao final do ano, ele irá propor a devolução deste serviço à Câmara Municipal.

Depois de ter ouvido o Senhor Presidente fiquei com a sensação de que a função do Presidente da Junta é desprovida de poder de decisão e de execução, e que de facto, não valeu a pena ter ido perder o meu tempo. Então, resolvi vir a esta Assembleia Municipal, para aqui colocar esta situação que me preocupa e afeta.

Não quero ficar até ao final do ano à espera que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de entendam e a ver o lixo a acumular-se à frente de casa. Neste momento já é uma lixeira a céu aberto, no final do ano temo que já tenhamos sido devorados pelas ratazanas.

Eu gostaria de sair desta Assembleia Municipal com alguma clarificação relativamente à solução deste gravíssimo problema, que após quase nove anos e dois mandatos completos autárquicos, além de não estar solucionado agravou-se substancialmente.

E gostaria de levar as respostas que não consegui obter ontem.

Gostaria também de fazer um apontamento relativamente à participação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, no Lipi 2026 em Cannes em que ela apresentou o Município de Almada como um território estratégico, inovador, atrativo, de sustentabilidade e desenvolvimento urbano, eu aplaudo essa iniciativa para atrair investidores, mas não deve ser este o território.”

5.2.16 – A Senhora Múncipe Márcia Cruz:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Primeiramente, queria lamentar a não presença da Senhora Presidente da Câmara Municipal que muita falta aqui faz para poder ouvir todos os munícipes que a colocaram no lugar onde está.



Eu vivo na Charneca de Caparica, nomeadamente no Pinheirinho.

Ontem estive na reunião da Assembleia de Freguesia, na qual expressei o meu total descontentamento para a situação que se está a passar em termos de salubridade na Charneca de Caparica, aliás, em todo o Concelho, mas eu resido na Charneca de Caparica, como tal é efetivamente o que me interessa.

Neste momento, a imagem da Charneca de Caparica é: monos, lixo, ratos, baratas e tudo aquilo que se tem direito. Efetivamente, é lamentável eu viver numa zona em que vivo há trinta anos, em que comprei uma casa que não me foi dada, em que investi numa zona que não é barata, e ver neste momento como está a Charneca de Caparica nomeadamente, a zona onde habito, o Pinheirinho.

A Charneca de Caparica está mesmo um nojo, é este exatamente o termo que eu utilizo. Neste momento a Charneca de Caparica encontra-se num estado de perigo para a saúde pública, não está a caminho, neste momento já se encontra num estado de perigo para a saúde pública.

Ontem, na reunião, após eu demonstrar o meu desagrado para com o Presidente da Junta, relativamente a este assunto, foi-me dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que efetivamente a Junta de Freguesia neste momento não tem meios suficientes para resolver este problema, este problema é um problema de saúde pública, um problema gravíssimo. Portanto, eu não vou de todo dizer que o Presidente da Junta de Freguesia está a mentir, eu não sei ao certo. O que eu sei é o que me foi dito, que a Câmara Municipal teria que dar mais meios à Junta de Freguesia. Então a Câmara Municipal que dê esses meios. Nós não podemos continuar a viver nesta lixeira.

Existem alguns artigos que eu quero citar para que fiquem registados.

O artigo 238, do Código Penal, prevê responsabilidade por condutas que criem perigo para a saúde pública, incluindo situações de propagação de doença ou negligência, com risco relevante;

A Lei n.º 95/2019, a Lei de Bases de Saúde, estabelece o dever do Estado e das Autarquias de proteger a saúde pública e prevenir riscos ambientais;

O Decreto-Lei 102-D/2020, determina a gestão de resíduos que não pode colocar em risco a saúde humana ou ambiente.

Eu agradeço que me digam o que é que estão a pensar fazer, porque isto não vai continuar assim, eu e outras pessoas da Charneca de Caparica iremos tomar outras providências no caso desta situação não ser resolvida com a maior urgência possível.

Eu lamento profundamente, a falta de presença da Senhora Presidente, porque é exatamente para a Presidência que as pessoas votam. Não estar aqui a Presidente da Câmara Municipal, para mim, é gravíssimo. Eu gostaria que ela me tivesse ouvido, porque com toda a certeza ela não vai ouvir esta reunião. Eu vou aguardar que me digam quais são os procedimentos e quais são efetivamente as decisões que vão tomar por a Charneca de Caparica estar em perigo de saúde pública.”

5.3 - Em resposta aos Municípios, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Deputados Municipais Miguel Ângelo Salvado (PSD), Bruno Miguel Brito (CHEGA), Ana Catarina Ribas (PSD), Geizely Glicia Fernandes (LIVRE), Luís Pedro Durão (PSD), Bruno Filipe Sanches (IL), Isabella Sales Baltazar (CHEGA), Pedro Amorim Matias – Presidente da Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda (PS), Mário Daniel Paracana (CHEGA), o Vereador Luís Filipe Palma (CDU), Helena Manuela Azinheira (CDU), o Vereador Ivan da Costa Gonçalves (PS) e ainda o Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS).

5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Ângelo Salvado (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostava de perguntar à Mesa, se há alguma justificação, visto na condução dos trabalhos este assunto já ter sido falado, para mais uma vez a Senhora Presidente da Câmara Municipal não estar aqui, porque isto agora já



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

se tornou moda e reiterado. Porque acho que é importante os próprios munícipes também serem esclarecidos, porque nós próprios Deputados Municipais, também não sabemos porque é que ela não está cá. Mas também já começa a ser habitual, já estamos habituados.”

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Brito (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar, falar dos tempos.

Não me parece correto que tenhamos de cortar tempo às pessoas que querem falar. Aliás, nós estamos aqui por elas. Se elas querem falar meia hora ou uma hora, temos que as ouvir. Se for preciso alteramos o Regimento, se for preciso cortamos o nosso tempo, mas as pessoas têm que ser ouvidas.

Segundo ponto, quero falar para o executivo, em relação ao Porto Brandão.

Nós ouvimos o que foi feito nos últimos tempos, e falaram que fizeram muita coisa e que parecia um trabalho de excelência. Mas, ao irmos para a rua, não é verdade. As pessoas estão desesperadas, estão abandonadas. Temos pessoas a viverem em quartos que não têm janelas, não têm tomadas, vivem pior do que um recluso. Esta é a solução que a Câmara Municipal arranjou para as pessoas.

Dia 5 do próximo mês, as pessoas não sabem o que é que vai acontecer às suas vidas. É preciso saber onde vão ser colocadas. Eu queria saber o que é que o executivo pensa fazer para essas pessoas. As pessoas não podem sair daqui hoje sem uma resposta. Há casas? Não há casas? Há uma solução para as pessoas ou não?”

5.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Ribas (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta situação do realojamento é uma situação que já não consigo adjetivar, com toda a honestidade, sobretudo no que toca à comunicação com os cidadãos e efetivamente, à clareza daquilo que está a ser feito e daquilo que se pretende fazer.

Portanto, eu acho que hoje, mais do que nunca, era importante sairmos daqui todos com noção exata do que é que o executivo pretende fazer.

Eu pessoalmente, já me habituei à ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal, que francamente, também não lamento muito, para adiantar que, acho que vivemos aqui com o realojamento aquilo que tem sido o paradigma deste executivo que é, achar que Les Champs Elysées cabem ao pé da Praça do Mercado de Almada e como o ótimo, como sempre me ensinou a minha avó, é inimigo do bom, preferimos não ter monoblocos e ter as pessoas na situação em que estão.

Portanto, eu agradecia ao executivo que hoje esclarecesse não só todos os Deputados Municipais, mas sobretudo, as pessoas que estão à espera de ser realojadas, algumas delas, que nós temos vindo a acompanhar desde a noite das intempéries e que serviram elas próprias de eixo de comunicação entre si a pedido da Câmara Municipal de Almada.

Portanto, alguma coisa de muito grave está aqui a falhar.”

5.3.4 – A Senhora Deputada Municipal Geizely Glicia Fernandes (LIVRE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A 26 de fevereiro, o LIVRE submeteu o seu primeiro requerimento deste mandato. Foram oito perguntas, todas elas sobre o Edital n.º 28, que ordenou a demolição da construção na Azinhaga dos Formozinhos e no Porto Brandão.

Hoje dia 28 de abril, sessenta e dois dias depois, nós ainda não conseguimos ter uma resposta.



Entretanto, no terreno o que estamos vendo é que as famílias que passaram pelo Inatel e agora no Sun Centre, umas com estadia garantida até dia 4 de maio, outras até dia 11, outras voltam ao Inatel no dia 24.

As pessoas vivem com uma data de saída na cabeça e sem saberem para onde vão depois disso. É uma situação delicada e nós compreendemos o desespero. A solução que está a ser apresentada chama-se a Porta de Entrada, que é um programa que paga as rendas com retroativos. Mas os retroativos são servem a quem tem dinheiro para adiantar, muitas famílias não têm esse dinheiro.

Pergunto então duas coisas com toda a frontalidade:

A primeira, quando é que esta Assembleia Municipal vai ter resposta ao requerimento que nós apresentamos em fevereiro, porque gostaríamos de entender essa situação.

A segunda, qual é o plano, porque eu não me refiro à próxima estadia nos hotéis, mas refiro-me ao plano das casas, das verbas, do cronograma e do compromisso público que nenhum desse agregadas ainda vai estar num pavilhão.

Gostaria de ter uma clarificação.”

5.3.5 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar, dar nota, de que a Senhora Presidente da Câmara Municipal hoje não está aqui presente por estar em funções enquanto Presidente de Câmara e representante do Município, neste caso, no Fórum Anual de Energy Cities, em Guimarães, está em representação oficial do Município durante os próximos três ou quatro dias.

Aliás, o Município de Almada faz-se representar e deve se fazer representar ao mais alto nível, nas mais variadas instâncias, nas quais representa o Município e exerce política.

Para além da Senhora Presidente da Câmara Municipal, existe aqui todo um executivo, composto por esta mesa que aqui está no exercício das suas funções, competências e até das competências delegadas, para ouvir e responder e eu gostava de começar por agradecer a todos os Senhores Múncipes que aqui vieram hoje, apresentar as suas preocupações, as suas sugestões, as suas necessidades de melhoria do nosso Concelho, porque é desse sentimento cívico concretizado, que se faz a evolução para melhor do nosso Concelho e independentemente do tempo que tiveram, eu quero agradece esse exercício que aqui fazem e é também desse exercício que nós diariamente melhoramos. Portanto, muito obrigado.

Começando por responder e eu espero ter tempo para ir a cada um dos Senhores Múncipes, começando por responder ao Senhor Múncipe João Rocha.

Estão registados os problemas nas valas, vamos resolver, certamente em articulação com a Junta de Freguesia.

Relativamente aquilo que foi referido dos 200 milhões para as praias, é muito importante o enchimento do areal que está a ser feito neste momento, para além das dimensões técnicas que foram referidas, é essencial e aliás, lembrar de forma complementar aquilo que é um programa que a Câmara Municipal tem há mais de dez anos, de forma complementar esse enchimento, que é o programa ReDuna que precisamente, tem tido um sucesso muito grande em garantir que as areias nas praias da Costa da Caparica não desaparecem e aquilo que tem sido a evolução e os estudos que têm sido feitos, é precisamente, de valorização desse programa, que tem tido um impacto muito positivo na fixação dos sedimentos em toda a nossa costa. Portanto, estamos, Autarquia e Estado Central, a trabalhar bem nessa zona, resolvendo um problema que sabemos estamos sempre a correr atrás do prejuízo, mas é o que é.

Relativamente ao Senhor Múncipe Mário Nunes da Silva, morador nos Capuchos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Quero começar por concordar porque referiu que os Capuchos é uma zona abençoada pela natureza, é mesmo, e, portanto, nós temos que a valorizar.

Respondendo de forma muito concreta não só ao que foi a sua pergunta muito concreta, mas aquilo que tinha sido também um compromisso assumido pela Câmara Municipal, é de que, a obra já está adjudicada. Agora, para que ela se inicie, é obrigatório que exista um visto do Tribunal de Contas. Esse visto é obrigatório, e nós estamos a aguardar há meses por esse visto. Aliás, já tivemos dois pedidos de esclarecimento, porque nós não entendemos porque é que acontecem do Tribunal de Contas. Portanto, nesta dimensão e também nas dimensões que a nível central estão a ser discutidas de Simplex ou de simplificação em muitas das áreas, mas também nestas das necessidades de visto prévio, poderão ajudar a acelerar, este que é um problema, de termos uma obra adjudicada, em que nós estamos a falar de grande parte da Rua Lourenço Pires de Távora, da requalificação desta rua, da Rua do Miradouro dos Capuchos, estamos a falar de uma obra de mais de 1.500.00.00€ (um milhão e quinhentos mil euros) de intervenção, portanto está adjudicada, está apenas a aguardar, a partir do momento em que haja o visto do Tribunal de Contas ela pode iniciar.

O compromisso, palavra dada, palavra honrada. Portanto, estamos à espera.

Relativamente ao Senhor Município João Costa Silva, que aproveito para cumprimentar. Aquilo que referiu, se a Câmara Municipal está ou não para servir os munícipes, era o que faltava, evidentemente que a Câmara Municipal está aqui para servir os munícipes e isso é algo que nós todos devemos, sejam eleitos, sejam os trabalhadores da Câmara Municipal repetir todos os dias para que não nos esqueçamos.

Coisa diferente é naquilo que é o seu problema concreto muito específico na área do urbanismo, de perceber se neste caso, deve a Câmara Municipal que já fez a fiscalização técnica que o Senhor João Costa Silva pede, portanto, uma fiscalização técnica administrativa, que segundo a documentação que me foi aqui passada pelo Departamento do Urbanismo, foi feita. Aliás, ainda no mandato passado, a questão é se essa fiscalização técnica administrativa ou uma segunda, deve ser feita pela Câmara Municipal ou se é a Câmara Municipal a substituir-se também às competências do privado. É esse o diferendo que eu penso que o Senhor João Costa Silva tem relativamente ao serviço do urbanismo, mas esse também lhe confesso que é uma questão técnica que eu aqui não lhe consigo responder. Mas essa fiscalização técnica foi feita e foi comunicada numa primeira dimensão e se me está a dizer que não, podemos falar depois no intervalo para perceber melhor o problema, mas é essa a informação que tenho dos serviços e peço também, porque essas situações servem para isso, porque muitas vezes pode haver aqui informação que não possa estar 100% correta se bem que aquilo que eu tenho aqui dos serviços eu penso que se não está a 100% está a 99%, mas tentarei perceber melhor qual é o problema.

Relativamente à Senhora Município Maria Luís Abreu.

Foi referido que a Câmara Municipal tem como agenda prejudicar a Costa da Caparica, era o que faltava, temos a melhor das relações com a Senhora Presidente da Junta da Costa da Caparica, aliás, se assim não fosse, a Câmara Municipal não tinha o conjunto de investimentos que está previsto para a Costa da Caparica começando por aquilo que é o Novo Centro de Saúde que já está em marcha.

Portanto, o novo Centro de Saúde da Costa da Caparica, eu acho que não faz sentido.

Depois confesso que não percebi a questão que foi colocada relativamente ao Dia do Pai, era o que faltava abolirmos o Dia do Pai, aliás, é um dia que eu estimo muito também numa dimensão pessoal. Não percebi e peço desculpa por isso, não percebi qual era a dúvida.

Relativamente às redes sociais não vou comentar.

Relativamente à Costa da Caparica sobre a necessidade de estacionamento, é precisamente por isso que nós e por via da WEMOB, está a ser estudado o alargamento das zonas de estacionamento a novas zonas, também com algumas dimensões de consulta pública precisamente por solicitação de vários dos moradores e é preciso lembrar que estas zonas de estacionamento têm fiscalização, mas privilegiam sobretudo os moradores por via



do dístico de morador. Essa uma das respostas, nós temos privilegiado, aliás, por solicitação de muitos dos moradores e, portanto, achamos que é por aí o caminho.

Relativamente ao Senhor Município António Sousa, que colocou aqui problemas relativamente à Escola EB N.º 1 do Alfeite, dizer-lhe que todas as questões e que aliás, me fizeram aqui chegar, todas elas que dizem respeito à envolvente da escola, dizem respeito à Marinha. A Escola EB N.º 1 do Alfeite, está dentro da Base Naval, e nós sabemos, a Escola já desde há vários anos, tem um projeto de ampliação e esse projeto de ampliação tem também como uma das suas condicionantes necessárias, a necessidade de nós termos também uma conversa com várias entidades, neste caso a Marinha, precisamente para resolver dimensões de natureza patrimonial, de natureza dos acessos à própria escola que é um problema a resolver e, portanto, essas questões que são questões estruturais não se resolvem de um dia para o outro, mas envolvem articulação com outras entidades e vontade também de outras entidades. Portanto, é aquilo que eu posso dizer. Há algumas dimensões de intervenção que nós não deixamos de fazer, dou-lhe um exemplo, relativamente à necessidade de mais iluminação pública, é algo que a Câmara Municipal de forma repetitiva, junto penso da E-REDES, tem feito essa dimensão de exigência de mais iluminação naquela zona que sabemos que é uma necessidade.

Certamente, que nem todas as dimensões de intervenção são exclusivas da Marinha, são de várias entidades, naquilo que são as competências estritas da Câmara Municipal são dentro do edificado que estão aliás, bem identificadas em articulação com a União de Freguesias, estamos a tentar dar resposta, mas isto dentro da Escola, não na envolvente que foi aquilo que foi falado.

Relativamente ao Senhor Município Filipe Lopes. São questões de higiene urbana, que à semelhança das outras duas Senhoras Municípes, passarei depois à Senhora Vereadora Helena Azinheira, para responder.

Relativamente ao Senhor Município Bruno Lopes da Quinta do Cerrado, relativamente à necessidade de fiscalização.

Aquilo que eu lhe posso dizer é o seguinte: o problema está aqui identificado, nós vamos passa-lo, e eu percebo que já há mais de um ano que faz exposições, mas digo-lhe também, que nas situações que estamos aqui a falar, é necessário que a própria força de segurança, neste caso a GNR, nesta zona do território intervenha, e aquilo que lhe posso dizer também é que nós percebendo o problema que acontece nessa zona, estamos já em articulação com as forças de segurança, neste caso com a GNR, para planear uma ação conjunta que obviamente, não pode ser identificada quando será. Sem prejuízo disso, aquilo que lhe posso dizer é que pedimos mais informação aos serviços para perceber qual tem sido o histórico de atuação relativamente aos processos que já estão identificados. Não lhe consigo dar mais informação, mas vamos atrás desta questão.

Relativamente ao Senhor Município Hugo Minhava e aproveitava também para responder à Senhora Município Anabela Cardoso, e aqui alongar-me-ei um bocadinho mais em primeiro lugar para e nunca é demais fazê-lo por uma questão de respeito e consideração, de mostrar evidentemente, solidariedade e compreensão pela situação complicada que têm passado ao longo dos últimos meses. Nós temos dito isso várias vezes. Mas nunca é demais afirmar isso. Primeiro aspeto.

Segundo aspeto, foi dito que os Senhores moradores e bem, não escolheram essa situação, esse acontecimento, a Câmara Municipal também não. O Governo também não. Aquilo que nós temos tentado fazer é tentar trazer as melhores respostas e é isso que estamos a tentar fazer.

Aquilo que lhe posso dizer é que foi tentada uma resposta de urgência e por isso é que estamos a falar de unidades hoteleiras. Porque era a resposta que existia. Nós não temos uma bolsa de casas à espera de uma situação destas de emergência de uma catástrofe destas. Portanto, por isso é recorremos de forma urgente, transitória, a situação de unidades hoteleiras que por via de marcações que já tinham, há este passar de algumas situações de unidade hoteleira em unidade hoteleira. Mas verdade é que por parte da Câmara Municipal tudo temos tentado para responder a uma situação transitória.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Segunda dimensão e posso adiantar aqui também em primeira mão, que eu acho que é muito importante, que hoje tivemos informação que está assinado por parte da Senhora Secretária de Estado da Habitação, o protocolo relativo ao Porta de Entrada, que é algo que temos estado também a trabalhar em conjunto com as famílias. Nós estamos a falar de cento e noventa e três pessoas desalojadas, noventa e quatro acolhidas em equipamentos hoteleiros, neste momento, mas para todas as pessoas desalojadas aquilo que temos de resposta intermédia, é o recorrer ao Porta de Entrada. E o que é o Porta de Entrada? O Porta de Entrada é um programa que comparticipa uma renda. Os Senhores Múncipes em muitas das situações, não em todas, mas em muitas das situações arrendava uma casa. Aquilo que acontece é que neste caso o Estado Central paga o valor da renda, uma comparticipação até um determinado limite.

Eu depois deste intervalo tive a oportunidade de responder ao Senhor Hugo Minhava e à Senhora Anabela Cardoso. O Senhor Múncipe João Paulo Santos passarei ao Vereador Luís Palma.

Relativamente ao Senhor Múncipe Marco Almeida, Presidente do Clube Recreativo do Feijó que eu aproveito para cumprimentar, um elogio a todos os atletas do Clube Recreativo do Feijó, e dizer o seguinte: eu percebo a vossa posição relativamente ao RMAPA – Regulamento Municipal de Apoios Públicos de Almada, mas a verdade é que o RMAPA, foi um mecanismo muito importante para trazer regras, transparência, escrutínio, aos apoios na área do Movimento Associativo, que não é o único sistema de apoios.

Aquilo que posso dizer, é que só no último ano, através do RMAPA, houve apoios ao Movimento Associativo de mais de 600.000.00€ (seiscentos mil euros) só através deste mecanismo de apoio e também dizer o seguinte: eu percebi o elencar de problemas, eu recorde-me, não sei se no ano passado, o Clube Recreativo do Feijó fez uma candidatura naquele caso a um aparelho de som. E na altura era uma candidatura de 10.000.00€ (dez mil euros) e eu lembro-me do RMAPA apoiar 80%. 8.000.00€ (oito mil euros). Portanto, daquilo que eu tenho memória eram 8.000.00€ (oito mil euros), eu nem percebi porque é que o Clube Recreativo do Feijó não deu sequência à candidatura, era um apoio que a Câmara Municipal apoiava. Normalmente o princípio de apoio nesse tipo de apoios é de 80%.

Depois por último, a Senhora Múncipe Joana Batista, passarei ao Vereador Ivan Gonçalves, relativamente aos abrigos de passageiros.

Senhora Múncipe Helena Santos e Márcia Cruz, higiene urbana, eu passarei à Senhora Vereadora Helena Azinheira, dizendo uma coisa aqui muito simples também que é, agradecer mais uma vez a exposição das vossas preocupações numa área muito importante, nós temos esse desafio, o executivo assume que nós temos um desafio de qualificar o espaço público, temos esse desafio por cumprir e para fazer, mas também dizer que, na área da higiene urbana, e noutras, a transferência de competências e os contratos interadministrativos com as Uniãos de Freguesia, funcionam num princípio de colaboração e da subsidiariedade que é, quem está mais perto, pressupõem-se que tem mais condições de executar, não é para o passa culpas, isso aí eu também estou de acordo. Portanto, na sua dimensão dos problemas em concreto, aquilo que eu posso dizer é que passarei à Senhora Vereadora Helena Azinheira, que terá certamente notado as ruas para vermos em concreto do que é que estamos a falar.

Depois, a Senhora Deputada do LIVRE, Geiziely Fernandes, perguntava de forma muito concreta relativamente ao Porta de Entrada, eu já respondi a isso no intervalo aos Senhores Múncipes que é, um dos problemas de arrendamento de casas é a necessidade de três a quatro rendas às vezes, de caução, que é preciso as famílias assumiram logo à partida, isso não está previsto no Programa Porta de Entrada, mas é precisamente aí que o Município se substituiu e o Município já deu informação às famílias que adiantará esse valor das rendas.”

5.3.6 – O Senhor Vereador Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Múncipe João Paulo Santos colocou aqui uma questão que num primeiro olhar, poderíamos pensar que tinha a ver com os SMAS, já apuramos junto dos serviços, trata-se de uma questão predial, de uma obra



que está a decorrer no Mercado Municipal da Sobreira, mas eu independentemente, embora o Senhor João Paulo Santos já não estar aqui nesta Assembleia Municipal, apenas para que fique registado que, amanhã às 08H30 estarei com as equipas junto ao Mercado da Sobreira para analisarmos a situação, mesmo não sendo uma responsabilidade dos SMAS, iremos tentar minimizar os impactos que têm causado aquela situação, iremos minimizar, para informar aqui a população presente, quer a quem nos assiste por outras vias, outros canais de comunicação, também dar esta nota aos Senhores Deputados Municipais, que iremos procurar resolver a situação o mais breve possível.”

5.3.7 – A Senhora Vereadora Helena Azinheira (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria agradecer os Múncipes que trouxeram aqui estas suas preocupações relativamente à higiene do Concelho.

Queria lembrar que assumimos o Departamento de Higiene Urbana em meados de dezembro de 2025, ou seja, há cerca de quatro meses e meio, e concordamos que existem e também já o sabíamos, não fomos enganados, já sabíamos que existiam problemas graves ao nível da higiene urbana no Concelho.

Estamos a trabalhar no sentido de melhorar a situação que encontramos, estamos a investir tanto em recursos humanos como no reforço dos meios materiais e obviamente, que não conseguimos nestes quatro meses e meio, realizar todas as mudanças que esperamos vir a realizar ao longo do mandato. Mas, continuamos a trabalhar com todo o afinco e, portanto, agradecemos o reporte que os Múncipes podem trazer aqui a este fórum, mas também diariamente nos nossos gabinetes vamos conversando com os muncípes no sentido de melhorar a higiene urbana.

Aproveitando este espaço também para informar, porque os muncípes que intervieram eram todos da área territorial da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreira, aproveito para esclarecer e para ficar aqui claro que, os monos e os verdes, assim como o corte de ervas e a limpeza de envolventes dos contentores, são da responsabilidade da União de Freguesias, a competência é da Câmara Municipal, e numa delegação de competências com os contratos interadministrativos que foram realizados.

É da responsabilidade da AMARSUL a recolha das embalagens, plásticos e metal, do vidro e do papel e estamos quase diariamente a fazer reclamações para a AMARSUL por não fazer as recolhas com a periodicidade que deveriam.

É da responsabilidade da Câmara Municipal a recolha dos resíduos indiferenciados, assim como o controlo das pragas que também foram aqui referenciadas pelos muncípes.

Relativamente às pragas, irei verificar junto dos serviços quando é que foi feita a última ação de controlo, no entanto, reconhecemos e acho que reconhecemos todos, que enquanto existir deposição nas envolventes, lixo no chão, é muito difícil fazer um controlo eficaz dessas mesmas pragas.

Quanto às soluções que foram propostas por alguns dos muncípes, aproveito também para informar que, existe monitorização informática pelos meios atualmente disponíveis, que nós utilizamos nas nossas rotas de recolha de resíduos indiferenciados. E continuamos a trabalhar em soluções inovadoras e a utilizar dentro do possível aquilo que a tecnologia nos vai oferecendo de mais recente.

Continuamos a precisar de continuar a investir em meios humanos e mais materiais e precisamos muito de contar com os muncípes que cá vivem, com quem nos visita, quem cá trabalha, para trabalharem connosco e colaborem evitando as deposições fora dos locais indicados para o efeito.”

5.3.8 – O Senhor Vereador Ivan da Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Muito sucintamente, de facto, o tema dos abrigos é um tema que está conexo com um concurso de mobiliário urbano que decorre já há algum tempo neste Concelho, nós já debatemos este tema até numa das últimas reuniões de Câmara, já foram feitas várias adendas às peças do concurso público, estando a ser um concurso que está a decorrer, não me cabe a mim que não faço parte do júri nem nenhum dos membros deste executivo, nos pronunciar sobre cada uma das propostas que possam vir a aparecer. O que me cabe dizer é só duas ou três coisas.

Uma, é que nós não conseguimos saber exatamente quando é que o concurso esta terminado, porque este é um tema que tem uma litigância muito alta como até já foi debatido em várias reuniões de Câmara e como é possível ver com aquilo que se passa noutros Concelhos do país. Acho que é um tema também ,que nos deve mobilizar a todos e quando digo todos, não só os munícipes mas também a todos os partidos políticos do Concelho, para procurarmos encontrar soluções o mais célere possível para nós podermos ter, no fundo, aquilo que queremos que é, os abrigos e neste caso os mais de seiscentos abrigos que estão previstos neste aderno de encargos, e para que nós possamos ter, no mais curto espaço de tempo, os problemas das populações resolvidos. Ou seja, não tenham que estar à chuva e ao sol, quando esperam pelo autocarro. É para isso que estamos a trabalhar e mais uma vez é para isso que também tentaremos trabalhar com todos os partidos desta Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, porque assim terá que ser.”

5.3.9 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria perguntar ao executivo o que é que é efetivamente fórum da Energy Cities, na Cidade ou na Cities de Guimarães. O que é que se escute realmente. O que é que é tão importante para a Senhora Presidente da Câmara Municipal estar neste Fórum? E por outro lado, não havia um Diretor Municipal para representar a Senhora Presidente? É que quando não estamos em fóruns, summits, conferências ou meramente travelling, estamos na television ou no rádio. E pergunto sinceramente, porque é que a Presidente não está a dar a cara aqui aos cidadãos num momento tão critico em encontrar soluções. Portanto, se isto é uma alocação de tempo da Senhora Presidente da Câmara Municipal, eu fico estupefacto. É claramente, e ultimando licisco, o shutdown deste executivo. É claramente a autogestão, o abandono completo e claramente o abandono dos cidadãos e da cidade de Almada, não é para isto que foram eleitos, assumam a responsabilidade.”

5.3.10 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Filipe Sanches (IL):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós gostaríamos de pedir ao executivo que nos desse uma listagem do número de pessoas que se encontram neste momento desalojadas. Quantas é que estão desalojadas, quantas é que já o problema foi resolvido, quantas estão pendentes, o que é que vai acontecer depois do dia 5, foi uma data muito referida aqui e que gera muita preocupação. Mas, também tentar perceber e isto para que nós possamos acompanhar os trabalhos e também poder ajudar de alguma maneira, se houver essa possibilidade. Acho que faz parte das nossas competências perceber o que está a ser feito e pressionar da melhor maneira, mas também ajudar se for esse o caso.

Por último, tentar perceber com a Senhora Vereadora da Higiene que falou que está a tentar encontrar novas soluções informáticas e tecnológicas, mas vou lhe dizer que ninguém as vê. E gostaríamos de perceber quais é que são, qual é a dificuldade de apresentar a esta Assembleia Municipal, quais são as soluções informáticas e tecnológicas que estão a fazer, qual é a previsão de entrega, como é que elas vão melhorar? “

5.3.11 – A Senhora Deputada Municipal Isabella Sales Baltazar (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tocando no ponto da falta de comemoração do Dia do Pai nas escolas, uma vez que o Senhor Vereador diz que não percebeu a questão e eu passo a esclarecer, porque o nosso Grupo Municipal também recebeu muitas



queixas nesse sentido, o que aconteceu é que em várias escolas não houve a habitual celebração do Dia do Pai, nem sequer a habitual prenda que as crianças costumam fazer para os pais, e em muitos casos a escola nem sequer apresentou uma justificação para a falta desta comemoração. Um facto que não é compreensível, considerando que a figura paterna, o pai, é um pilar da família, uma instituição completamente vital para a nossa sociedade e neste caso como também é evidente que a Câmara Municipal não acompanha tudo aquilo que se passa nas escolas, nós pedimos a razão para este ocorrido, que seja verificado junto das escolas e depois comunicar para esta Assembleia Municipal.”

5.3.12 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Amorim Matias – Presidente da Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também propunha uma revisão ao Regimento, acho que os Presidente de Junta terem dois minutos para falarem sobre a sua Junta de Freguesia, acho muito pouco. Se calhar temos que aproveitar esta boleia desta tentativa de alteração do Regimento.

Em primeiro lugar agradecer ao Senhor Presidente dos SMAS que veio aqui resolver um problema que tem mais de dois meses, a Câmara Municipal de Almada foi resolver um problema ao Mercado da Sobreda, deixou uma cratera aberta há dois meses, não conseguiu tapa-la. Portanto, agradecer que o pessoal esteja lá amanhã, era muito importante fechar porque está a prejudicar gravemente os comerciantes, os utentes, toda a gente daquela envolvente.

Sei que os SMAS não têm material predial, a responsabilidade da sua gestão é feita pela Junta, se for necessário nós ajudamos nalguma coisa com pessoal ou com material estamos disponíveis também para ajudar a resolver o problema.

A segunda questão tem a ver com a Senhora Vereadora da Higiene Urbana. Temos um problema a sul da Aroeira, foram retirados os contentores grandes em que foi dado e bem, o porta a porta, as pessoas não cumprem, há toneladas de lixo doméstico na rua, sacos e sacos de lixo doméstico, as pessoas não poem o lixo dentro dos sacos, não fazem a separação. Para além dos monos há muito lixo urbano doméstico na rua, era necessário tomar nota desta situação.

Responder também aqui a duas munições que estiveram na Assembleia de Freguesia, a Márcia Cruz e a Helena Santos. Reforçar aquilo que disse ontem e vou dizer aqui. Nós não temos capacidade neste momento, temos só três carros, tivemos um avariado durante sete meses, era um problema com a caixa de velocidades automática, não havia em Portugal. Tivemos outro avariado quase três meses. Ficamos com um carro. Hoje a Charneca de Caparica e a Sobreda tem muito lixo acumulado, já nos deram um carro a semana passada, espero que esta semana me deem outro para mitigar o problema, mas no futuro, isto foi decidido ontem na Assembleia de Freguesia, se a Câmara Municipal de Almada, não fizer um planeamento de investimento de novas viaturas para a Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, no final de dezembro nós iremos fazer uma proposta para devolver à Câmara Municipal a recolha de monos e aparas de jardins.”

5.3.13 – O Senhor Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu quero fazer uma pergunta à Senhora Vereadora Helena Azinheira, recebi algumas informações relativamente a funcionários, quanto ao facto de estarem a ser obrigados a fazer horas extraordinárias e as horas extraordinárias estarem a ser pagas a 50%. Não estou a dizer que isto seja verdade. Gostaria de saber se tem alguma coisa a dizer relativamente a este assunto.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 –Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, art.º 51, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do CHEGA tem um documento que considera urgente e que gostaria de submeter à Assembleia Municipal para que possa ser discutido com primeiro ponto da Ordem do Dia, com base no n.º 10, do artigo 44.º.”

6.2 – Para apresentar declarações políticas usaram da palavra o/a Deputado/a Municipais Bruno Filipe Sanches (IL), Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA).

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Filipe Sanches (IL):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Caros almadenses, nos últimos dias circulou nas redes sociais uma proposta apresentada por um eleito da Iniciativa Liberal de Lisboa, sobre a Fragata Museu Dom Fernando II e Glória. Digo-o sem rodeios, a Iniciativa Liberal diz: Não! Esta proposta foi local noutra Município e foi reprovada e não nos vincula. E mesmo que fosse nacional, a resposta seria a mesma, não! Nós estamos aqui pelos almadenses, e quem conhece Almada sabe o que esta Fragata representa. Património, identidade, memória, potencial turismo turístico e educativo. E há também um ponto de princípio para nós liberais que defendemos a descentralização e o municipalismo, não faz sentido descentralizar Portugal e depois tentar puxar para Lisboa aquilo que é de Almada.

O que fizemos foi o que se exige na vida pública, falamos internamente, esclarecemos e corrigimos. O conteúdo foi retirado sem dramas e com responsabilidade. Agora, seguimos ao que nos interessa que é defender Almada com trabalho, com seriedade e resultados.”

6.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O assunto que me traz aqui é na verdade o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que teve no nosso entender, uma atitude menos positiva, nada cordial para quem assume o cargo de Presidente da Assembleia Municipal.

Portanto, quando faz uma publicação no Facebook que é pública e que ofende quinze mil almadenses que votaram no CHEGA e um total de cerca de um milhão e setecentos mil portugueses que também votaram no CHEGA, e depois acaba por apagar essa publicação, não nos parece que faça parte daquela que é a conduta que um Presidente de uma Assembleia Municipal deve ter.

A isto acresce ainda, uma situação que ocorreu nesta Assembleia Municipal há cerca de dois meses antes, com um Deputado Municipal do PSD, em que novamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, também não teve a atitude cordata que deve ter para com os eleitos nesta casa.

Nós sabemos que o combate político deve ser feito, deve ser e é feito com intensidade também, mas, nunca pode ultrapassar a barreira daquilo que é o respeito democrático por todos os eleitos nesta casa, independentemente do partido que estão a representar.

Ontem, foi com o PSD, hoje foi com o CHEGA e eu pergunto qual será a próxima vítima do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

A isto acresce ainda a postura do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que não foi no nosso entender, protocolarmente, a mais correta, tanto na cerimónia do 25 de Abril que se realizou no sábado, como depois à tarde na receção ao Senhor Bispo de Setúbal.

Portanto, tudo isto que acabo aqui de dizer, mostra que há um certo descontrolo emocional do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que recorre a redes sociais para dizer o que pensa, não tendo em conta que está a ofender pessoas, eleitores que são quem nos mandata para estarmos aqui.



Há também aqui uma dificuldade em lidar com críticas na medida em que depois apagou a publicação que fez, um desrespeito institucional pela falta de conhecimento protocolar e uma ausência, neste caso, deste conhecimento protocolar.

Não se trata de uma querela partidária, como eu disse, já aconteceu com o PSD, aconteceu connosco e tememos que possa vir a acontecer com mais algum partido nesta casa legitimamente eleito para estar aqui a representar os almadenses.

A isto acresce também, que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não teve uma palavra pública nem privada, para se retratar das suas declarações.”

6.2.3 – Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal João Luís Couvaneiro (PS) para prestar esclarecimentos.

6.2.3.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal João Luís Couvaneiro (PS):

“Senhor Vice-Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradeço o comentário e a oportunidade de esclarecer de forma serena e não descontrolada e de forma rigorosa aquilo que foi dito.

Em primeiro lugar, quero dizer que, distingo com rigor aquilo que é o plano institucional e aquilo que é o meu plano pessoal e a minha intervenção cívica e política.

O post de que fui autor, que não apaguei, que reservei ao conjunto de pessoas que são meus amigos na rede social, que estava a ser muito mal frequentado, arregimentado um conjunto de boatos e reações, foi uma reação pessoal a uma manifestação de um Conselheiro de Estado, à receção de um Chefe de Estado estrangeiro.

Um Conselheiro de Estado que empenhou algemas e chamando ladrão e mandando para a prisão o Chefe de Estado Estrangeiro, feito por um Conselheiro de Estado.

Foi também uma reação a alguns discursos que foram proferidos nesse contexto, em que socialistas foram considerados como “tralha” e comunistas como “idiotas uteis”, como foi o caso do discurso do Deputado Pedro Frazão.

O meu comentário, que suscitou a indignação do CHEGA numa rede social, foi feito numa rede social pessoal, como reação a um episódio concreto, à forma como foi recebido um Chefe de Estado Estrangeiro, que tinha a recebe-lo um conjunto de cidadãos também, que foram apelidados de ignorantes.

Se visitarmos hoje as páginas do CHEGA, ainda está na página do CHEGA, uma página institucional, a designação de “ignorantes” referidos a essas pessoas que estavam a manifestar apoio ao Presidente da República do Brasil que foi eleito com sessenta milhões de votos.

Importa sublinhar que fiz o meu comentário na minha página pessoal. E já agora, a palavra utilizada foi a palavra “bronco” que tem com o campo semântico entre os seus primeiros sinónimos “rude e grosseiro”. É precisamente essa a tonalidade que tenho observado e que observei nessa manifestação, uma tomada de posição rude e grosseira. Também tem sido isso que temos visto num conjunto de palcos, nomeadamente, na Assembleia da República. E também na comunicação social.

Recordo por exemplo, o episódio envolvendo um insulto indireto num programa de televisão, em que o Deputado Rodrigo Taxa do CHEGA, chamou parvo e ofendeu a tia e a prima de um outro Deputado da Assembleia da República. Penso que isto também fragiliza a democracia.

Por isso, e não por cobardia, porque acho que devemos de ter uma posição naturalmente, que preserve o espaço de diálogo democrático, decidi ajustar a minha publicação porque sempre ouvi dizer que: “Só os burros é que não mudam”.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

E por isso também ajustei as definições de privacidade porque a minha página de Facebook estava a ser muito mal frequentada, inclusive, com um conjunto de atitudes que quero dar nota, que lembram situações de outros tempos.

À Senhora Deputada Municipal Patrícia de Carvalho e ao Senhor Deputado Mário Paracana, que se dirigiram a mim, eu quero dizer, olhos nos olhos, que sempre vi no contexto desta Assembleia Municipal, assumirem uma postura correta. Por isso, convido-a a que possamos manter esta posição de correção.

Quando associei no caso, o Senhor Deputado André Ventura a Donald Trump, foi apenas e isso foi também alvo e nomeadamente, de uma missiva de um Senhor Vereador do CHEGA, para a minha entidade patronal, uma missiva do CHEGA para a minha entidade patronal, eu quero dizer que, quando associei Trump a Ventura, foi porque sei que Ventura foi o único Deputado e líder português que se regozijou com a eleição de Donald Trump. Lembro também de ter visto Deputados do CHEGA a utilizarem chapéus e símbolos do MAGA.

Lembro que o atual Presidente Americano, é das figuras mais próximas de Jeffrey Epstein, e que foi esse o motivo que levou o Senhor Vereador a mencionar o meu post para a minha entidade patronal.

Quero ainda dar nota que, quando classifiquei o Senhor Deputado André Ventura de Protofascista, foi a palavra que utilizei, foi apenas, porque me lembro de ouvir o Senhor Deputado André Ventura dizer que Portugal precisaria não de um, não de dois, mas de três Salazares.

E quero lembrar que a única fotografia que António de Oliveira Salazar tinha sobre a sua mesa de trabalho, era a fotografia de Benito Mussolini, o líder do fascismo italiano.

Portanto, não é um insulto, é uma situação de facto.

Encontramo-nos num momento em que estamos a três dias de termos celebrado o 25 de Abril, marco fundador da Liberdade e da Democracia. A liberdade de expressão implica naturalmente responsabilidade, mas não impõe silêncio.

Quero terminar dizendo que não dirigi qualquer ofensa nominal, nem comprometi o exercício das minhas funções institucionais, mantive-me exclusivamente no plano da reação cívica e política.

Com este esclarecimento, considero o assunto encerrado da minha parte, não contribuirei para o prolongamento estéril de uma polémica que em nada serve o funcionamento da Assembleia Municipal, cujo o funcionamento tem já atrasos suficientes.”

6.2.4 – No debate usaram da palavra os/as Deputados/as Municipais Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA), Miguel Ângelo Salvado (PSD), Débora Figueiredo de Carvalho (PS), O Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS), Ana Catarina Ribas (PSD), Mário Daniel Paracana (CHEGA), Marta Cortez dos Santos (PS),

6.2.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Patrícia Alexandra de Carvalho (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Talvez não tenha ouvido com atenção a minha intervenção, ou se calhar ouviu, mas como já trazia o texto escrito não conseguiu adaptar aquilo que eu disse.

Não me ouviu em momento nenhum referir-me à adjetivação que utilizou em relação ao Presidente do segundo maior partido em Portugal, Dr.º André Ventura, eu apenas me referi à forma como adjetivou os apoiantes que cito: “são brancos” na sua opinião e referi que nesses “brancos” como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu, estão almadenses também. Portanto, nunca me ouviu falar do Dr.º André Ventura, nunca me ouviu falar de outras questões ligadas ao Partido Socialista, se eu soubesse que íamos fazer aqui teses sobre isto, eu também poderia, embora uma Sessão também não chegasse, para me debruçar sobre todos os dirigentes do Partido Socialista. Mas também não o vou fazer porque não é isso que está em causa Senhor Presidente da Assembleia Municipal.



O que está em causa é que o Senhor Presidente continua a não pedir desculpa publicamente às pessoas que ofendeu e não me estou a referir ao Presidente André Ventura, estou-me a referir aos eleitores, aos apoiantes, porque foi também a eles que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal se dirigiu. E depois também disse aqui uma coisa curiosa que é, a liberdade de expressão não pode ser silenciada, é um facto, eu não estou a querer silenciá-lo, estava a pedir alguma cordialidade na forma como emite as suas opiniões, porque como eu bem disse e como eu também referi ali no púlpito, o debate político deve ser intenso e tem sido intenso aqui nesta Assembleia Municipal, mas a única pessoa que ultrapassou os limites naquilo que deve ser um debate político intenso, de troca de ideia, foi o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não só com o CHEGA mas também com o PSD. Portanto, toda essa descrição exaustiva, até que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez, não se enquadra naquilo que eu aqui referi.

E continuo a achar que enquanto Presidente da Assembleia Municipal e isto é algo que eu pelo menos aplico na minha vida desde o momento em que fui eleita Deputada à Assembleia da República em 2024, tudo o que escrevo, tudo o que digo numa rede social, eu tenho a perfeita noção que não é a cidadã Patrícia de Carvalho que o está a dizer, até poderia ser a cidadã Patrícia de Carvalho que o está a dizer, mas a forma como o público a vê, é como a Deputada Patrícia de Carvalho. Portanto, acho que é assim que, alguém que tem uma responsabilidade acrescida, deve gerir também a sua liberdade de expressão. E quando o faz e quando ultrapassa certos limites, então que os assuma ou então que peça desculpa. Porque no fundo, o que o Senhor Presidente aqui está a dizer, é que tem toda a razão naquilo que disse, tem toda a razão em chamar brancos a um milhão e setecentas mil pessoas, eu no meu entender não tenho essa legitimidade seja como Presidente da Assembleia Municipal ou como Deputado. E a questão aqui prende-se única e exclusivamente, com a forma como adjetivou os apoiantes de um partido, que por acaso é o segundo maior partido em Portugal, é o líder da oposição em Portugal e um partido em que quinze mil almadenses, nós estamos a falar na esfera de Almada, eu não transpus isto para esfera nacional, foi o Senhor Presidente que o fez, quinze mil almadenses que se sentiram ofendidos pela forma como o Presidente da Assembleia Municipal de Almada, se dirigiu a estas pessoas. Sendo que, tem a responsabilidade acrescida que sendo Presidente da Assembleia Municipal de Almada, é o Presidente de todos os partidos aqui representados e assim fica difícil para esta bancada sentir-se representada na sua pessoa.”

6.2.4.2 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Ângelo Salvado (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar nota de uma situação.

Hoje nem queria fazer esta intervenção, mas infelizmente, já não é a primeira vez que junto do PSD também acontecem situações desagradáveis por parte do Deputado João Couvaneiro, que está como Presidente a dirigir estes trabalhos, e eu não entrando em grandes pormenores porque acho que nem o devo fazer, porque acho foi tão mau que nem o devo fazer. Dizer só o seguinte: ainda há dias comemoramos o 25 de Abril e ouvimos o Senhor Deputado João Couvaneiro a fazer um brilhante discurso, poético, ético e todas aqueles eufemismos do próprio 25 de Abril, com os cravos na mão etc. Aquilo que se passou com o CHEGA é desagradável, se fosse com o meu partido teria exatamente a mesma reação e solidarizo-me convosco, se fosse com o Partido Comunista faria o mesmo, faria com qualquer outro partido. Um Presidente de uma Assembleia Municipal não pode chamar de “brancos” a uns eleitores, mesmo que ele ache que sejam, porque tem esse direito em achar, mas tem uma competência acrescida.

É que falar só do 25 de Abril e da liberdade, não pode ser conversa só mole. Eu só que queria deixar o seguinte: Senhor Deputado João Couvaneiro, nós sempre tivemos uma relação cordial, educada, eu não sou propriamente a pessoa que melhor se porta nesta Assembleia Municipal, gosto do meu à parte, mas nunca na minha vida e sou eleito desde 2001, falei ao respeito a alguém a título pessoal, nunca. Político, isso provavelmente muitas vezes e continuarei a dizer aquilo que politicamente penso, mas pessoalmente, nunca fiz nenhum ataque. O Senhor Deputado Municipal João Couvaneiro, na última Sessão na Charneca de Caparica, no fim da Sessão, sabe



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

o que me disse à porta e eu nem vou repetir a expressão por educação e por respeito aos almadenses que estão lá em casa. Mas estão aqui testemunhas, inclusive um Vereador do CHEGA que assistiu, o Vereador Nuno Mendes, está ali um Deputado Municipal que também assistiu. O Senhor Deputado João Couvaneiro sabe o que é que me disse à porta da saída do Auditório e começava por: “vai-te” por causa exatamente da forma como os trabalhos e a situação acontecem e até tinha a ver com a direita, que parece que é um papão para as pessoas. E espero que não se volte a repetir, e digo-lhe isto abertamente, porque não gostei., Tive o cuidado de reportar isto ao líder do PS Ivan Gonçalves, espero que os trabalhos daqui para a frente possam decorrer de outra maneira, porque nós estamos aqui para fazer política e para defender os interesses dos almadenses. Porque não vamos entrar por aí porque se entramos por aí não há necessidade. Eu senti necessidade de vir aqui, porque sei que isto provavelmente noutras Sessões, a condução dos trabalhos vai provavelmente até prejudicar as nossas bancadas e não quer que isso aconteça nem a ninguém que está aqui o mesmo que me aconteceu a mim. Por isso, termino por aqui, para mim o assunto também está encerrado.”

6.2.4.3 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, art.º 51, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a Deputada Municipal Débora Figueiredo Rodrigues (PS).

6.2.4.4 – A Senhora Deputada Municipal Débora Figueiredo Rodrigues (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É para uma interpelação à Mesa, até porque não vamos alimentar mais esta discussão, nem vamos partir para a ofensa, porque já sabemos que a Deputada Municipal Patrícia de Carvalho é a melhor nesse aspeto.

A interpelação à Mesa prende-se com a circunstância do CHEGA, ter pedido a inserção de um ponto ao abrigo do n.º 10, do artigo 44.º. O artigo 44.º falar do Período de Antes da Ordem Dia.

Portanto, para pedir à Mesa que esclareça se será votado no Período de Antes da Ordem Dia ou no Período da Ordem do Dia, porque ficamos com essa dúvida.”

6.2.4.5 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Ângelo Salvado (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente e Deputado Municipal João Couvaneiro, fiquei sensibilizado com a capacidade de união da bancada do PS. Nós até estávamos a dar o exemplo, quando foram vocês, neste caso o vosso representante, que ciou o problema e a Senhora Deputada Municipal ainda decide ofender outra vez. É extraordinário. Então para que é que nós estamos aqui tentar a união. Senhora Deputada quer que eu volte a repetir o que aconteceu? É só isso que eu pergunto. Eu acho que às vezes o PS, sinceramente, não tem noção.

Nós hoje devíamos estar aqui com a Senhora Presidente da Câmara Municipal a esclarecer-nos, já percebemos que um Fórum de Energia em Guimarães é mais importante que a Assembleia Municipal. Eu acho que o Município deve estar representado em todos os fóruns porque é importante para o Município, mas há um valor que é importante que é a reunião de Câmara e a Assembleia Municipal. Temos Diretores Municipais, Diretores de Departamento, Chefes de Gabinete, Vereadores, qualquer um pode estar lá. E durante três dias, que eu já percebi que aquilo só acaba dia 30, deve ser uma discussão muito energética até dia 30, não vamos ter a Senhora Presidente de Câmara.”

6.2.4.6 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para referir, porque eu acho que é importante dar esta informação porque releva bastante para a condução dos trabalhos até para que isso não prejudique algum tempo dos Senhores Deputados Municipais, que dentro deste fórum, uma das várias dimensões do Fórum Anual de Energia que acontece em Guimarães, é precisamente uma reunião entre vários Presidentes de Câmara de Municípios que tratam o tema da energia como um dos temas mais relevantes na nossa vida coletiva, que eu acho que todos, se não nos lembramos do apagão,



certamente os desafios energéticos que o país e o Município têm é um dos temas mais centrais da nossa vida coletiva e que evidentemente merece a presença da Senhora Presidente da Câmara Municipal, entre e outras iniciativas.”

6.2.4.7 – A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Ribas (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria só fazer um comentário ao Senhor Vereador Filipe Pacheco. É uma questão de coerência, se os Senhores têm competência para estar a substituir inclusivamente com delegação de competências a Senhora Presidente aqui na Assembleia Municipal, também têm para a estar a substituir em fóruns. Aquilo a que nós nos referimos é uma questão de liderança em situações de crise. E não é uma questão sequer funcional ou prática, é uma questão emocional de as pessoas sentirem necessidade de verem aqui a pessoa que para elas é a pessoa que lidera o executivo, a responder a perguntas. E é disto que nós estamos todos a falar, queria só deixar esta nota que se calhar até é mais pessoal do que política.”

6.2.4.8 – O Senhor Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para dar nota à Senhora Deputada Municipal do seguinte:

A Senhora Presidente, numa das áreas que tem e não é de agora, não é deste mandato, é a área do ambiente que tem a área da energia. É uma área que ela própria acompanha desde o início e que assumiu como das áreas centrais que queria acompanhar. A área do ambiente e da energia.

Eu já percebi que os Senhores Deputados do PSD e não só, têm pela nossa Presidente bastante estima e até saudade sempre que ela aqui não está. Tudo faremos para que essa saudade seja suprida, entretanto, nesta Assembleia municipal terão aqui o resto do executivo para não deixar nenhuma das questões que os Senhores Deputados Municipais colocam por responder que é esse também o nosso papel. A Senhora Presidente é a Senhora Presidente e um órgão em si, mas está aqui todo o executivo também com as suas competências e atribuições.”

6.2.4.9 – O Senhor Deputado Municipal Mário Daniel Paracana (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu tenho que fazer uma declaração porque de facto, não me sinto confortável em estar nesta Assembleia Municipal, sabendo que existem estas formas de tratamento e de interação, eu não fui educado assim, o Senhor Presidente pode falar dos Deputados que quiser, pode dar os exemplos que quiser, mas não vai encontrar um único exemplo meu.

Portanto, eu próprio aquilo que escrevi na sua página que diz que é pessoal, mas que tornou pública, foi precisamente a dizer que respeito a posição de João Couvaneiro enquanto cidadão. Mas, não lhe admito que torne público que um conjunto de pessoas que nem sequer conhece, as designe sequer com rudes ou grosseiras. Porque com o devido respeito Senhor Presidente desta Assembleia Municipal, o Senhor não é ninguém para rotular ninguém. Esse até devia ser um princípio que devia aplicar e devia trazer aqui a esta Assembleia Municipal. Porque senão, qualquer dia podemos rotular desde que eu me sinta na superioridade moral de o fazer. Isso não é correto, desculpe que lhe diga, e assim não me sinto representado por si. Porque eu não posso chegar aqui a esta Assembleia Municipal, tal como não me quero sentir lá fora como aconteceu no sábado passado, como aconteceu esta noite, eu ando na rua muito confortável e falo com toda a gente e não quero ter de me cruzar com o cidadão João Couvaneiro e pensar assim: “Este tipo é o que pensa sobre mim e sobre um conjunto de pessoas porque lhe apeteceu naquela manhã, fazer uma declaração infeliz”. Desculpe, não lhe admito. E como eu sou forçado e obrigado, não só pelo Regimento, mas pela função que me mandataram, a ter que o respeitar nesta Assembleia Municipal, pedia-lhe encarecidamente, que tomasse uma posição relativamente a essa sua postura. Não me sinto confortável e, portanto, não sinto que me representa. Tal como



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

se acontecesse ao contrário, o Senhor teria também toda a dignidade e legitimidade para pensar assim: “Como é que eu vou respeitar este indivíduo numa Assembleia Municipal, porque um Regimento nos obriga, mas depois lá fora ele vai para o Facebook, independentemente dos seguidores que tenha ou não, falar mal de mim, rotulando-me a mim e ao meus companheiros de partido”. Não acho correto.

Portanto, gostava que o Senhor pudesse aqui nesta Assembleia Municipal com o tempo que me sobra porque poso fazê-lo estabelecer qual é que será o princípio, o método e a forma como nos iremos relacionar daqui para frente. Porque eu vou lhe dizer o seguinte: eu tenho uma profissão, eu tenho uma vida lá fora e quero saber se amanhã vou ter alguma surpresa quando acordar no Facebook ou não.”

6.2.4.10 – A Senhora Deputada Municipal Marta Cortez dos Santos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu acho que não é produtivo nem para esta Assembleia Municipal, nem para ninguém que elegeu os Deputados que fazem parte desta Assembleia Municipal, continuarmos com uma discussão que é iminentemente pessoal e que não tem nada a ver com o que está em causa nesta Assembleia Municipal. O tempo que foi gasto desde que esta Assembleia se iniciou, com discussões que não são da competência desta Assembleia Municipal, e que são completamente paralelas ao Período da Ordem do Dia, que é para isso que os cidadãos vêm aqui exigir respostas, exigir soluções etc., é absolutamente inacreditável. O CHEGA e o PSD o tempo que gastaram com discussões que não são para se terem em sede desta Assembleia Municipal, é surreal. Peço por favor, que tenham noção da discussão que estão a ter em sede de Assembleia Municipal e lembrem-se para o que é que foram eleitos.”

6.3 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.3.1 – Pelo Falecimento de Alberto Pereira Ramos, apresentado pelo Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU);

6.3.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Alberto Pereira Ramos nasceu em Lisboa em 1931, e faleceu em Almada no passado dia 7 de abril.

Iniciou a sua vida adulta em 1953 em Almada, onde constituiu a sua família e cimentou os seus laços de amizade.

Cedo se fez sócio da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, estrutura do Movimento Associativo Popular onde veio a ser diversas vezes eleito membro da Direção. O Associativismo Popular nunca lhe era estranho, já que desde muito novo foi associado da “A Voz do Operário”, Coletividade na qual veio também, numa fase já mais tardia da sua vida, a ser dirigente.

Em 1978, Alberto Pereira Ramos foi eleito pela primeira vez para a Direção da Federação das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto, com sede em Lisboa, representando a Academia Almadense. Na Federação permaneceu ininterruptamente até 2004, ocupando diversos e destacados cargos diretivos, momento em que a Federação se transformou na atual Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, importante e reconhecida instituição que abarca o conjunto das atividades associativas do movimento popular associativo.

Destacou-se principalmente pelo seu desempenho na organização do Congresso Nacional das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto realizado, não por acaso realizado na cidade de Almada em 1993, onde dirigiu os trabalhos como Presidente da Mesa do Congresso.

A este labor organizativo em prol do Associativismo acrescentou ainda a autoria de dezenas de artigos dispersos pela imprensa associativa e outra, tornando-se um reconhecido e dedicado conhecedor deste fenómeno popular.



Na Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense destacou-se ainda pela reorganização da Biblioteca e criação do seu espaço museológico.

Já como empregado bancário reformado, foi fundador da União de Reformados e Pensionistas da Banca (UBR), estrutura de apoio aos sindicatos do sector bancário contra a retirada de direitos aos seus pensionistas, uma consequência da entrada da banca estrangeira em Portugal.

Aderiu ao Partido Comunista Português em 1975, e no seu Partido desenvolveu as tarefas que lhe foram propostas, contribuindo de diferentes formas para a defesa do sector nacionalizado da banca. Alberto Pereira Ramos manteve sempre uma militância ativa na organização de Freguesia de Almada do PCP, até ao final da sua vida.

Quem com ele privou, sempre lhe elogiou a postura afável, de enorme cultura e amizade francas.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere expressar o mais sentido voto de pesar pelo falecimento de Alberto Pereira Ramos, destacado Almadense, Associativista, Homem de Cultura, defensor intransigente de causas emancipadoras da condição humana, transmitindo à sua família, em especial aos filhos Luísa e António, a todos os seus muitos e muitos amigos, ao Movimento Associativo Popular Almadense e de todo o país, e ao Partido Comunista Português, a mais profunda solidariedade no doloroso momento em que se afasta do nosso convívio o Homem, mas permanece junto a nós o seu exemplo de vida e os seus ensinamentos.”

6.3.2 – Pelo Falecimento de Francisco Simões, apresentado pelo Deputado Municipal Henrique Margarido de Almeida (PS);

6.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido Almeida (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado dia 16 de janeiro faleceu Francisco Simões, natural de Porto Brandão, Almada. Foi uma das figuras mais relevantes da escultura portuguesa contemporânea, deixando um acervo artístico e cultural profundamente enraizado no território e na identidade nacional.

Formado na Escola Artística António Arroio e posteriormente na Academia de Música e Belas Artes da Madeira, construiu um percurso artístico sólido e reconhecido, tanto em Portugal como no estrangeiro. Foi bolseiro da OCDE em várias cidades italianas e trabalhou no Museu do Louvre, experiências que contribuíram para a consolidação de uma linguagem artística própria, onde soube cruzar tradição e modernidade. Ao longo da sua carreira, destacou-se como escultor, pintor e ilustrador, tendo produzido várias obras públicas, com especial relevo para as esculturas no Parque dos Poetas, em Oeiras, bem como intervenções artísticas em espaços emblemáticos como o Metro de Lisboa.

Apesar do reconhecimento nacional e internacional, Francisco Simões manteve sempre uma forte ligação às suas raízes, em Almada. Foi no concelho em que nasceu e onde deixou um contributo de grande relevância, tanto pela sua criação artística como pela sua intervenção cívica e cultural.

Em 1976, nas primeiras eleições autárquicas em democracia, foi eleito vereador, tendo participado ativamente na construção do poder local democrático. Mais tarde, afastou-se da vida política para se dedicar plenamente à criação artística e ao ensino, áreas em que continuou a desempenhar um papel relevante na formação e inspiração de muitos.

No Laranjeiro, a sua memória permanece viva de forma particularmente significativa.

A Escola Secundária Francisco Simões, integrada no respetivo Agrupamento de Escolas, perpetua desde 1996 o seu nome e a sua representação, constituindo-se numa referência da comunidade educativa e cultural local. Este reconhecimento traduz o respeito e a admiração de sucessivas gerações de alunos pelo seu contributo humano, artístico e pedagógico.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A escultura dedicada ao professor e ao educador, da sua autoria, trata-se de uma figura feminina, sentada com as pernas cruzadas e os calcanhares sob as pernas, a lembrar uma posição de meditação das culturas orientais. No colo, exhibe livros, amparados por mãos enormes. Esta é uma das obras que podemos encontrar na Escola Secundária Francisco Simões, mas também na Estação de Comboios do Pragal e que simboliza o papel da mulher na profissão docente.

Francisco Simões deixa um legado artístico e humano de grande relevância, refletido numa obra vasta e num percurso de vida dedicado à arte, ao conhecimento e à comunidade.

A sua memória permanecerá viva em Almada, e no Laranjeiro e em todos os lugares onde a sua obra continua presente para o público.

Neste momento de pesar, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 28 de abril de 2026, presta aos seus familiares e amigos as mais sentidas condolências, homenageando Francisco Simões com um minuto de silêncio.”

6.3.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.3.3.1 – O voto de pesar pelo Falecimento de Pedro Oliveira foi aprovado por unanimidade.

6.3.3.2 – O voto de pesar pelo Falecimento de Francisco Simões foi aprovado por unanimidade.

6.3.4. – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto Presidente da Assembleia Municipal.

6.4 – Usou da palavra a Deputada Municipal Geizely Glicia Fernandes (LIVRE).

6.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Geizely Glicia Fernandes (LIVRE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma palavra antes de começar.

Esta é a primeira noite de três noites de reuniões que nós temos, e as pessoas que vão estar aqui três noites são funcionários, técnicos, profissionais da Língua Gestual e que na sexta-feira ainda estarão a trabalhar nas primeiras horas do Dia do trabalhador. Então não é uma crítica, é um reconhecimento e um pedido.

Que sejamos assertivos e que respeitemos o tempo de todos, três noites são longas e acho que nós lhes devemos isso. Por isso, hoje pouco conseguimos fazer em prole de Almada e eu gostaria que tivéssemos isso em consideração principalmente para as reuniões de amanhã.

O LIVRE traz hoje a esta Assembleia Municipal três recomendações, uma moção e um requerimento. São propostas distintas em tema, mas com um fio condutor, o direito das pessoas de viverem com dignidade no Município onde habitam.

Começamos pela Arte Xávega. Oito campanhas ainda resistem na Costa da Caparica, os pescadores pedem há anos corredores de circulação que o próprio Plano de Ordenamento da Orla Costeira já prevê e a Câmara Municipal tem competência legal para agir. Os pescadores ainda estão à espera. Por isso recomendamos que a Câmara Municipal haja brevemente, antes do início da época balnear.

Trazemos também uma recomendação sobre a criação de um programa municipal das comunidades de energia renovável, o que já foi muito falado aqui hoje, sobre a questão da energia e da importância que a energia tem para Almada. Portugal tem a maior taxa de pobreza energética da União Europeia e Almada tem sol, tem edifícios políticos e tem experiência acumulada. Tem também financiamento europeu disponível para isso, o que falta é um programa, metas e calendário com dotação orçamental.

A terceira recomendação propõe o Festival Intermunicipal do Estuário do Tejo. Um evento anual que reúna os Municípios ribeirinhos em torno do que é de todos, celebrando o seu património natural, náutico e cultural, no ano em que a Reserva Natural completa 50 anos.



A moção que trazemos defende a permanência da Fragata D. Fernando II e Glória em Cacilhas. Almada investiu, a Marinha investiu, não podemos deixar que esse polo museológico seja esvaziado em benefício de Lisboa e essa iniciativa foi apresentada pela Iniciativa Liberal em Lisboa e é bom saber que a Iniciativa Liberal em Almada se opõe.

Por fim, informamos que o LIVRE apresentou um requerimento sobre o Bairro do Matadouro.

Desde meados de 2024, cerca de quinhentas famílias vivem com falhas recorrentes no fornecimento de eletricidade. O problema foi reconhecido nesta Assembleia Municipal em fevereiro e por isso queremos saber o que a Câmara Municipal tem feito desde então, que contactos teve com a E-REDES, que compromissos foram assumidos e que calendário existe. Aguardamos a resposta a este requerimento.

Por fim, o LIVRE está aqui para propor, encontrar soluções em conjunto com o executivo e para não deixar ninguém ser esquecido.”

6.5 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Deputados/as Municipais:

6.5.1 – O Deputado Municipal Bruno Filipe Sanches (IL), para apresentar uma Moção “Pela defesa dos proprietários da Costa da Caparica e Porto Brandão”;

6.5.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Filipe Sanches (IL):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pela transparência, responsabilidade pública e defesa dos direitos de propriedade após as tempestades de fevereiro.

As tempestades de fevereiro provocaram derrocadas e situações de risco em várias zonas de Almada, especialmente na Costa da Caparica e em Porto Brandão, exigindo intervenção das autoridades.

A proteção de pessoas e bens é uma responsabilidade fundamental do Estado. Quando esta falha, fica comprometida a confiança dos cidadãos. Independentemente das posições políticas, garantir segurança, respeitar o Estado de Direito, a transparência e a previsibilidade das decisões públicas deve ser um princípio comum.

A Constituição da República Portuguesa consagra a proteção da propriedade privada e a responsabilidade do Estado por danos causados por ação ou omissão. Ao longo de décadas, foram permitidas construções em zonas hoje consideradas de risco, muitas delas integradas no tecido urbano, com acesso a infraestruturas e sujeitas a tributação, criando expectativas legítimas nos proprietários.

Qualquer decisão de demolição deve, por isso, ser clara, transparente e juridicamente fundamentada, distinguindo situações ilegais de casos onde possam existir direitos ou expectativas protegidas.

Assim, recomenda-se que a Câmara Municipal de Almada:

- Publique todos os relatórios e estudos técnicos sobre as áreas afetadas;
- Divulgue os fundamentos das decisões de demolição;
- Identifique os imóveis em situação ilegal, distinguindo os que têm ou não proteção jurídica;
- Inicie negociações com proprietários para compensações justas, respeitando valores mínimos e limites definidos;
- Conclua esses processos com transparência e no prazo máximo de um ano.

Conclusão



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A segurança das populações deve andar lado a lado com o respeito pelos direitos dos cidadãos. Transparência, clareza e compensações justas são essenciais para garantir que a ação pública não gera injustiças nem viola direitos fundamentais.”

6.5.2 – O Deputado Municipal Bruno Filipe Sanches (IL), para apresentar uma Moção “Por uma democracia coerente: Partidos Políticos sem privilégios fiscais no IMI”;

6.5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Filipe Sanches (IL):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Num regime verdadeiramente democrático, nenhuma organização deve estar acima das responsabilidades que exige aos cidadãos. A confiança nas instituições assenta na transparência, na responsabilidade e na igualdade perante a lei, princípios que devem aplicar-se também aos partidos políticos enquanto proprietários de património imobiliário.

A legislação atualmente em vigor concede aos partidos políticos um conjunto alargado de benefícios fiscais, incluindo a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativamente aos imóveis de sua propriedade e afetos à sua atividade. Esta isenção, apesar de legalmente prevista, cria uma situação de desigualdade face aos restantes contribuintes — famílias, empresas e instituições — que cumprem integralmente as suas obrigações fiscais.

No Concelho de Almada, onde a pressão sobre a habitação, a necessidade de reabilitação urbana e a sustentabilidade financeira municipal são desafios reconhecidos, torna-se particularmente evidente a necessidade de garantir que todos contribuem de forma justa para as receitas municipais. A manutenção de privilégios fiscais para partidos políticos contrasta com a realidade vivida pelos almadenses, que enfrentam uma carga fiscal significativa e dificuldades no acesso à habitação.

A credibilidade das instituições democráticas depende também da coerência entre o discurso político e a prática. Num momento em que se exige aos cidadãos e às empresas um esforço acrescido, é essencial que os partidos políticos assumam igualmente as suas responsabilidades fiscais, contribuindo para o financiamento dos serviços públicos locais e para a promoção de uma democracia mais transparente e equitativa.

A eliminação da isenção de IMI não compromete a liberdade de atuação dos partidos, nem a sua função de utilidade pública, mas reforça a confiança dos cidadãos nas instituições e promove uma maior justiça fiscal.

Assim, a Deputada Municipal da Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1 - Apelar à Assembleia da República para que pondere abolir a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aplicável aos partidos políticos, revogando a alínea d) do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, garantindo que estas entidades passam a contribuir de forma igualitária para as receitas municipais.

2 - Recomendar ao Governo e à Assembleia da República que avaliem o impacto financeiro e territorial da atual isenção, nomeadamente nos municípios com maior pressão habitacional, como Almada, onde a disponibilização de imóveis para habitação é uma prioridade social.

3 - Defender que os partidos políticos otimizem a utilização do seu património imobiliário, promovendo a sua colocação no mercado habitacional ou a sua afetação a fins socialmente úteis, contribuindo para mitigar a pressão sobre a oferta de habitação no Concelho.”

6.5.3 – O Deputado Municipal Bruno Filipe Sanches (IL), para apresentar uma Moção “Por uma Almada mais limpa”;

6.5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Filipe Sanches (IL):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



A higiene urbana é uma parte essencial da qualidade de vida da população, como tal é essencial preservar o espaço público.

No Concelho de Almada, verificam-se queixas recorrentes relativamente à acumulação de lixo nas ruas, contentores cheios, insuficiência da recolha de lixo e degradação das áreas envolventes dos contentores. Como consequência surgem problemas de higiene urbana, tais como maus cheiros e a propagação de pragas, nomeadamente ratazanas e baratas, o que tem um impacto direto no bem-estar da população e na imagem do Concelho.

É importante reconhecer que a acumulação frequente de resíduos junto dos contentores pode resultar, de uma limpeza insuficientemente regular, da falta de capacidade instalada em determinadas zonas e da maior pressão exercida em áreas com elevada densidade habitacional, forte circulação pedonal ou concentração de atividades comerciais e de restauração em que a produção de resíduos tende a ser superior, exigindo uma resposta reforçada, quer ao nível da recolha, quer ao nível da fiscalização e higienização do espaço público.

Nestes termos, a Iniciativa Liberal sugere à adoção de medidas adicionais ao projeto designado "Almada limpa" já existente, que se baseiem num modelo de cidadania ativa e economia circular que se concretizará através da adoção de:

- 1 - Contentores inteligentes, equipados com tecnologia que monitorize o nível de enchimento (vazio, meio cheio, cheio), permitindo uma gestão mais eficiente da recolha, prevenindo/evitando que transborde, que haja uma otimização de rotas e a identificação antecipada de pontos críticos;
- 2 - Uma aplicação móvel interativa inspirada no conceito de navegação colaborativa do Waze que deverá permitir aos munícipes reportar, em tempo real e através de geolocalização, o estado da limpeza pública, sendo possível também reportar estados da via pública (tal como buracos na estrada, fuga de água...). Ao passarem por um ecoponto sobrelotado ou detetarem o abandono de resíduos na via pública, os cidadãos poderão alertar não só a Câmara Municipal de Almada, mas também toda a comunidade de utilizadores, gerando um mapa dinâmico e transparente das necessidades de limpeza da cidade.
- 3 - Da proximidade com o cidadão, personificada através da "Brigada da Limpeza de Almada": Através de uma família de mascotes que inclui o Cacilheiro de papel (Azul), o Farol de vidro (Verde), a Lata de metal (Amarelo), o Faísca de energia (Vermelho) e o Chef de orgânicos (Castanho), apoiados pelos camiões "Gigante Verde" e o "Hércules Branco" que ganham vida nas ruas, escolas e coletividades de Almada, atuando como embaixadores da cidade. A ideia é que estas mascotes estejam presentes na cidade de Almada com mensagens relativas à reciclagem e à importância da limpeza das cidades.

De forma a:

1. Reforçar a limpeza regular das zonas ao redor dos contentores, assegurando não apenas a remoção dos resíduos depositados dentro do mesmo, mas também de todo o lixo acumulado no chão e nas proximidades, de forma a prevenir maus cheiros, sujidade persistente e a propagação de pragas;
2. Garantir a lavagem e higienização frequente dessas áreas, com especial incidência nos locais de maior pressão urbana, de forma regular;
3. Proceder à verificação da necessidade de reforço do número de contentores em cada zona do concelho, reforçando a capacidade instalada nos locais onde se verifique maior densidade populacional, maior produção de resíduos ou outros locais recorrentes de acumulação de lixo;
4. Promovam o reforço e alargamento da instalação de contentores destinados a resíduos orgânicos, com o objetivo de assegurar uma deposição mais adequada dos restos alimentares, reduzindo maus cheiros e atração de pragas;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5. Criem ou reforcem equipas de intervenção rápida para atuação em zonas críticas e em períodos de maior pressão, designadamente durante festas populares, eventos, marchas, jogos de futebol ou outras ocasiões suscetíveis de aumentar significativamente a produção de resíduos;

Face ao exposto pede-se à Câmara Municipal de Almada que priorize, numa primeira fase, a instalação destes sistemas inteligentes nas zonas com maior pressão urbana, nomeadamente áreas comerciais, zonas de restauração, centros urbanos mais densos e locais com elevado movimento de pessoas dado que se torna necessário adotar medidas concretas que reforcem a eficácia da limpeza urbana, previnam as más condições de higiene e o risco para a saúde pública.”

6.5.4 – O Deputado Municipal Bruno Rafael Ribeiro (PSD), para apresentar uma Moção “Implementação do Sistema ColorADD”;

6.5.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Rafael Ribeiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O daltonismo é uma condição genética que afeta cerca de 350 milhões de pessoas em todo o mundo. Estima-se que esta condição atinja aproximadamente 1 em cada 12 homens e 1 em cada 200 mulheres, permitindo admitir que esta condição estará também presente no concelho de Almada, afetando um conjunto significativo de cidadãos.

O daltonismo manifesta-se através de diferentes tipologias, nomeadamente a acromatopsia, deuteranopia, protanopia e tritanopia, condicionando, em maior ou menor grau, a autonomia dos cidadãos no seu quotidiano.

Esta condição é mais frequente no sexo masculino, em virtude da sua ligação ao cromossoma X. Ainda assim, pode também resultar de lesões no nervo ótico ou em áreas do cérebro responsáveis pela perceção visual, decorrentes, por exemplo, de acidentes traumáticos.

O sistema ColorADD é um código universal, simples e inclusivo, que permite às pessoas daltónicas identificar cores através de símbolos gráficos. A sua implementação tem vindo a ser adotada em diversos contextos, nomeadamente em espaços públicos, sistemas de transporte, materiais pedagógicos e serviços, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades.

A adoção deste sistema no concelho de Almada constituirá um passo relevante na promoção da acessibilidade, contribuindo para a eliminação de barreiras no acesso a serviços públicos, bem como para o reforço da literacia em saúde e inclusão social.

Assim, o Grupo Municipal do PSD de Almada propõe à Assembleia Municipal que delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada a adoção da seguinte medida:

1 - A implementação do sistema ColorADD nos espaços de atendimento ao público, estabelecimentos de ensino e equipamentos municipais;

2 - O incentivo à adoção deste sistema junto de parceiros institucionais, associativos e empresariais do concelho;

3 - O desenvolvimento de ações de sensibilização e divulgação sobre o daltonismo e a importância de soluções inclusivas como o sistema ColorADD.”

6.5.5 – O Deputado Municipal Miguel Caldeira Pais (PSD), para apresentar uma Moção “Implementação de um Sistema de Videovigilância no Concelho de Almada”;

6.5.5.1 – O Deputado Municipal Miguel Caldeira Pais (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A segurança das populações constitui uma das principais responsabilidades do Estado e um fator determinante para a qualidade de vida, o bem-estar e a confiança dos cidadãos no espaço público.



Nos últimos anos, têm-se registado, em diversas zonas do concelho de Almada, situações de insegurança, pequenos delitos, atos de vandalismo e comportamentos que perturbam a tranquilidade pública, gerando preocupação junto da população e dos agentes económicos.

A videovigilância tem vindo a afirmar-se, a nível nacional e internacional, como um instrumento complementar eficaz no apoio à prevenção e combate à criminalidade, contribuindo para:

- A dissuasão de comportamentos ilícitos;
- O reforço do sentimento de segurança das populações;
- O apoio às forças de segurança na investigação criminal;
- A proteção de pessoas e bens, especialmente em zonas de maior vulnerabilidade.

Importa, contudo, assegurar que a implementação de sistemas de videovigilância respeita integralmente o enquadramento legal em vigor, designadamente em matéria de proteção de dados pessoais, garantindo que a sua utilização é proporcional, justificada e devidamente autorizada pelas entidades competentes.

A experiência de outros municípios demonstra que a instalação destes sistemas, quando devidamente planeada e articulada com as forças de segurança, constitui uma mais-valia relevante para a gestão da segurança urbana.

Neste contexto, torna-se essencial que o Município de Almada assuma um papel ativo na promoção de soluções que reforcem a segurança no território, em estreita articulação com a PSP e a GNR.

Assim, o Grupo Municipal do PSD de Almada propõe à Assembleia Municipal que delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada a adoção da seguinte medida:

- 1 - Exortar a Câmara Municipal de Almada a desenvolver os procedimentos necessários à implementação de um sistema de videovigilância no concelho, em articulação com as forças de segurança e as entidades competentes;
- 2 - Que a implementação deste sistema seja realizada de forma faseada, tendo como prioridade zonas com maior incidência de criminalidade, áreas com elevada afluência de pessoas, proximidades de estabelecimentos de ensino, interfaces de transporte e espaços públicos sensíveis;
- 3 - Exortar a Câmara Municipal a promover a articulação com o Governo, nomeadamente com o Ministério da Administração Interna, com vista à obtenção das autorizações legais necessárias e eventual cofinanciamento da medida;
- 4 - Recomendar à Câmara Municipal que desenvolva um programa de apoio às forças de segurança (PSP e GNR), designadamente através da avaliação da necessidade de reforço de meios logísticos, incluindo a eventual atribuição de viaturas, sempre que se verifiquem carências operacionais;
- 5 - Garantir que todo o processo respeita rigorosamente a legislação em vigor em matéria de proteção de dados e direitos fundamentais, assegurando transparência e informação pública sobre as zonas abrangidas."

6.5.6 – O Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD), para apresentar uma Moção de "Repúdio pela Limitação do Carácter Público das Reuniões de Câmara";

6.5.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A transparência na atuação dos órgãos autárquicos não é uma faculdade do poder político. É uma obrigação democrática. É o que garante confiança, legitimidade e responsabilização perante os munícipes.

A decisão de limitar o carácter público das reuniões da Câmara Municipal e, mais grave ainda, de interromper a sua transmissão, representa um retrocesso inaceitável no funcionamento democrático do poder local. Num tempo em que existem todos os meios para reforçar a abertura e a proximidade, opta-se por restringir o acesso, afastar os cidadãos e reduzir o escrutínio.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

As reuniões de Câmara são um dos principais instrumentos de acompanhamento da atividade do executivo. Mas mais importante ainda, são muitas vezes, o único espaço onde os munícipes conseguem ser ouvidos diretamente e de forma efetiva. Reduzir esse espaço é reduzir a democracia.

Acresce que nos parece absolutamente incompreensível a opção de realizar sessões não públicas sem a transmissão ao vivo que é nestas, mais do que nas restantes sessões, ainda mais essencial.

Fechar a porta e desligar a transmissão não é gestão. É opacidade.

Nada justifica que, em matérias de interesse público, se elimine simultaneamente o acesso presencial e o acesso digital. Essa opção não protege a instituição. Fragiliza-a. Não aproxima os cidadãos. Afasta-os. E transmite uma ideia perigosa de governação sem escrutínio.

Acresce que esta decisão foi tomada sem auscultação prévia das forças políticas representadas e sem qualquer comunicação atempada aos munícipes, incluindo aos que já se encontravam inscritos para intervir. Este tipo de atuação não é compatível com uma cultura democrática madura.

O argumento de que se aumenta a eficácia das reuniões fechando-as à participação é não só criticável, mas sobretudo inexato, como aliás já se percebeu com as sessões abertas ao público a estenderem-se até altas horas da noite. Isto porque infelizmente a necessidade de recorrer às reuniões de câmara para tentar resolver problemas que se perpetuam sem solução dos serviços e sem decisão do executivo durante meses, senão anos, não se extingue fechando-as aos cidadãos.

Senhoras e Senhores Deputados: A transparência não é um incómodo. É um dever. E quando começa a ser tratada como um problema, o problema já não é a transparência. É a forma de governar.

Almada não precisa de menos democracia. Precisa de mais.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária do mês de Abril de 2026, delibera:

- 1 - Manifestar o seu veemente repúdio pela decisão de limitar o caráter público das reuniões da Câmara Municipal;
- 2 - Condenar a interrupção da transmissão das reuniões como um atentado ao princípio do escrutínio democrático;
- 3 - Recomendar ao executivo municipal a revisão imediata desta decisão, garantindo:
 - O Reforço das reuniões públicas;
 - A reposição da transmissão digital regular das reuniões;
 - A definição de critérios claros, excecionais e devidamente fundamentados para qualquer limitação de acesso;
- 4 - Apelar a todas as forças políticas com representação municipal para que não permitam a normalização de práticas que enfraquecem a transparência e a participação."

6.5.7 – O Deputado Municipal Miguel Caldeira Pais (PSD), para apresentar um Voto de Saudação “Dia Nacional do Antigo Combatente”;

6.5.7.1 – O Senhor Deputado Municipal Miguel Caldeira Pais (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Desde os alvares da Nacionalidade, que os militares se tornaram essenciais e imprescindíveis à Nação e ao Estado Português, pois sem o esforço dos mesmos, não existiríamos enquanto Nação Independente.

O reconhecimento e a solidariedade para com os antigos combatentes pelo serviço prestado à Pátria nas campanhas militares entre 1961 e 1975, é um dever do Estado Português e de todos os Portugueses, que é da



mais elementar justiça, perante os militares que combateram com coragem, lealdade, abnegação e sacrifício, em vários teatros operacionais.

É, igualmente justo, homenagear as famílias e as pessoas mais próximas destes combatentes, que, por força da guerra, viram a sua perspetiva de vida alterada e, muitas vezes, profundamente desestruturada.

Já num período mais recente, nas últimas décadas, muitos milhares de militares portugueses têm integrado as forças nacionais destacadas nas missões da Organização das Nações Unidas (ONU), da Aliança Atlântica (OTAN) e da União Europeia, assegurando o cumprimento das obrigações internacionais de Portugal no âmbito de missões de carácter militar com objetivos humanitários, ou de estabelecimento e manutenção da paz, algumas das quais com elevados níveis de perigosidade, designadamente, em países ou territórios em situação de guerra, conflito armado interno ou insegurança generalizada, como, infelizmente, acontece, atualmente, na Ucrânia.

É, também assim, de inteira justiça que o contributo destes militares seja reconhecido pelo povo português.

Com a aprovação do Estatuto do Antigo Combatente, foi instituído como Dia Nacional do Antigo Combatente, o dia 9 de abril, data em que se comemoram os feitos históricos dos Antigos Combatentes na Batalha de La Lys, em França.

Assim, o Grupo Municipal do PSD de Almada propõe à Assembleia Municipal que delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada a adoção da seguinte medida:

1 - Saudar o Dia Nacional do Antigo Combatente e todos os homens e mulheres que serviram nos vários teatros de operações sob a égide das Forças Armadas Portuguesas;

2 - Remeter o presente voto de saudação à Liga dos Combatentes e ao Núcleo de Almada da Liga dos Combatentes, à Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra (APVG), Associação de Apoio aos Ex-combatentes, Vítimas do Stress de Guerra (APOIAR), Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar (ANCU), Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), Associação Nacional de Sargentos (ANS), Associação de Praças, Associação de Paraquedistas do Seixal e Almada, Associação de Comandos – Delegação de Almada e Seixal.”

6.5.8 – O Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU) para apresentar uma Moção/Deliberação “Celebremos a Constituição da República Portuguesa”;

6.5.8.1 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este é o ano em que celebramos os 50 anos de todos os direitos conquistados com o 25 de Abril de 1974, reunidos num só texto: a Constituição da República Portuguesa.

Celebramos, desde logo, enquanto eleitos num órgão autárquico, o Poder Local Democrático, expressão da democracia próxima dos cidadãos, caracterizada pela autonomia, descentralização e participação ativa da população na gestão local.

Celebramos a obrigatoriedade de caber ao Estado a promoção do bem-estar e da qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Celebramos o princípio que determina que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

Celebramos Portugal que se rege nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito pelos direitos do homem, pelos direitos dos povos, pela igualdade entre os Estados, pela solução pacífica dos conflitos internacionais, pela não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e pela cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

Celebramos o direito de todos no acesso ao Direito e à Justiça.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Celebramos a liberdade de expressão e informação.

Celebramos o direito à liberdade de reunião e manifestação.

Celebramos o direito à segurança no emprego, à proibição dos despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos; o direito dos trabalhadores criarem comissões de trabalhadores para defesa dos seus interesses e à intervenção democrática na vida da empresa; o reconhecimento à liberdade sindical, condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses: a garantia do exercício da liberdade sindical aos trabalhadores, sem qualquer discriminação, nomeadamente a liberdade de constituição de associações sindicais a todos os níveis; a liberdade de inscrição no sindicato de sua escolha; a liberdade de organização e regulamentação interna das associações sindicais; e o direito de exercício de atividade sindical na empresa.

Celebramos a garantia do direito à greve, à proibição do lockout e ao reconhecimento que compete às associações sindicais defender e promover a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores que representem.

Celebramos o direito ao trabalho e o trabalho com direitos para todos; a retribuição do trabalho, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna.

Celebramos a organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da atividade profissional com a vida familiar; a prestação do trabalho em condições de higiene, segurança e saúde; o direito ao repouso e aos lazeres, a um limite máximo da jornada de trabalho, ao descanso semanal e a férias periódicas pagas.

Celebramos a assistência material, quando involuntariamente se encontrem em situação de desemprego; a assistência e justa reparação, quando vítimas de acidente de trabalho ou de doença profissional.

Celebramos o direito à segurança social universal e solidária e o dever de a defender e promover.

Celebramos o direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover através de um serviço nacional de saúde universal e geral que garanta o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação.

Celebramos o direito a todos terem, para si e para a sua família, uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Celebramos que os pais tenham o direito à proteção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível ação em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do país.

Celebramos a garantia das crianças terem direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral.

Celebramos o direito à educação e à cultura.

Celebramos o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

Celebramos o direito que as pessoas idosas têm à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

Estes são muitos dos direitos que os diversos poderes da República – presidentes da república, governos, autarcas -, não cumpriram e não fizeram cumprir. Daí a justa indignação dos trabalhadores, dos reformados, das mulheres, dos jovens que veem a sua vida andar para trás em vez de caminharem no sentido do progresso e da justiça social. Indignação que não é contra a Constituição da República Portuguesa, mas contra quem executou políticas que violaram/violam a CRP.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

- 1 - Saudar a Constituição da República Portuguesa e os constitucionalistas que a escreveram.
- 2 - Saudar as lutas travadas em torno dos direitos das mulheres, dos estudantes, dos jovens trabalhadores.
- 3 - Saudar o 1º de Maio e apelar à participação de todos nesta Jornada de Festa e de Luta.
- 4 - Exigir que se cumpra a Constituição da República Portuguesa, único caminho para barrar o ascenso do populismo e da extrema-direita.”
- 7 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 29 de abril de 2026, pelas 21H00.
- 8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião do Vice-Presidente Filipe Alexandre Pacheco (PS), dos/as Vereadores/as Ivan da Costa Gonçalves (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Luís Filipe Palma (CDU), António Sousa Matos (CDU), Helena Azinheira (CDU), Carlos Magno Magalhães (CHEGA), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Beatriz Leal Ferreira (PSD) e Carlos Alberto Salomão (PSD).
- 9 – Foi verificada a presença de cerca de sessenta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa.
- 10 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1.º SECRETÁRIO _____

A 2.ª SECRETÁRIA _____